



Companhia Aberta

CNPJ: 89.850.341/0001-60

NIRE: 23300021118-CE

Relatório da Administração 2017

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Grendene Bartelle
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração
Maílson Ferreira da Nóbrega
Oswaldo de Assis Filho
Renato Ochman
Walter Janssen Neto

CONSELHO FISCAL

João Carlos Sfreddo
Presidente do Conselho Fiscal

Membros do Conselho Fiscal
Eduardo Cozza Magrisso
Herculano Aníbal Alves

DIRETORIA

Rudimar Dall' Onder
Diretor Presidente

Gelson Luis Rostirolla
Diretor Vice-Presidente

Francisco Olinto Velo Schmitt
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

Luiz Carlos Schneider
Contador – CRC/CE – SEC – 70.520/O-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Grendene S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

ÍNDICE

I.	Mensagem da administração	01
II.	Principais indicadores consolidados (em IFRS)	03
III.	Mercado e Condições Macroeconômicas	04
IV.	Desempenho econômico-financeiro	05
1.	Receita bruta de vendas	05
2.	Receita líquida de vendas	06
3.	Custo dos produtos vendidos	07
4.	Lucro bruto	07
5.	Despesas operacionais (DVG&A)	08
1.	Despesas com vendas	08
1.	Despesas com publicidade e propaganda	08
2.	Despesas gerais e administrativas (DG&A)	09
6.	EBIT e EBITDA	09
1.	EBIT	09
2.	EBITDA	10
7.	Resultado financeiro líquido	10
8.	Lucro líquido do exercício	11
9.	Geração de caixa	11
10.	Disponibilidades líquidas	11
11.	Investimentos	12
12.	Auditoria independentes – Instrução CVM nº 381/03	12
1.	Justificativa dos auditores independentes – EY	12
V.	Mercado de capitais e governança corporativa	13
1.	Mercado de capitais	13
2.	Dividendos	15
1.	Política de dividendos	15
2.	Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	15
3.	Melhores práticas de governança corporativa	18
1.	Cláusula compromissória	18
2.	Declaração da diretoria	18
3.	Premiações e reconhecimentos	19
VI.	Responsabilidade social e ambiental	20
VII.	Recursos humanos	22
VIII.	Demonstração do valor adicionado	23
IX.	Considerações finais e perspectivas	24
X.	Parecer do Conselho Fiscal	Anexo I
XI.	Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	Anexo II

I. Mensagem da Administração

O ganho da Grendene em 2017 foi de R\$661 milhões, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido do início do ano de 23,7%, dos quais a empresa propôs como distribuição de dividendos e JCP o valor de R\$378 milhões, reinvestindo o restante na empresa. Desta forma o valor patrimonial de nossa ação cresceu no ano de R\$9,72 para R\$10,70 (10%). Considerando o período desde a abertura de capital em outubro de 2004, a empresa reinvestiu R\$2,5 bilhões que foram incorporados ao seu patrimônio líquido e aumentou o seu lucro anual em R\$456 milhões, pagando um valor acumulado de dividendos e JCP (incluindo os valores propostos referentes a 2017) de R\$2,8 bilhões.

Apesar do baixo consumo de calçados no mercado doméstico, do acirrado ambiente competitivo e do aumento de impostos os resultados operacionais foram bons com crescimento de 16,5% no Ebit e margem Ebit de 20,7%, 1,2 p.p. maior que igual período do ano anterior. Entretanto, com a queda nos juros o resultado financeiro caiu 11,2% resultando no crescimento no lucro líquido de 4,2% com margem líquida de 29,3%, queda de 1,7 p.p. em relação a 2016.

Em 2017 nossa baixa expectativa para o desempenho da economia e para a volta do crescimento no mercado de calçados foi confirmada: tivemos um ano de lenta recuperação econômica e continuidade da grande instabilidade política. A este cenário sombrio no mercado doméstico contrapôs-se um mercado internacional em rara sincronia de crescimento econômico o que permitiu alguma recuperação de volumes, especialmente no 4T17 quando os volumes de exportação cresceram 42,7%.

A geração de caixa operacional em 2017 foi de R\$525,7 milhões e os dividendos propostos correspondem a um *payout* de 59% (dividendos e juros sobre capital próprio dividido pelo Lucro após a constituição de reservas legais) e *dividend yield* de 4,7%. Estes resultados foram obtidos apesar de uma queda de 11,2% no resultado financeiro (queda de R\$30,0 milhões) e do efeito negativo na receita de exportação devido à variação cambial de 8,5%.

Quando analisamos um período mais longo podemos evidenciar que a gestão da Companhia vem gerando valor para os acionistas proporcionando um retorno sobre o Patrimônio Líquido expressivo como pode ser verificado na tabela a seguir (nesta tabela todos os valores de lucro são contábeis sem nenhum ajuste):

Ano (Em milhares de reais)	Patrimônio líquido ¹ inicial	Lucro líquido	Dividendos	Reinvestimento	Retorno s/ Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ¹ final
2004	692.726	204.865	64.152	140.713	29,6%	733.566
2005	733.566	200.116	81.181	118.935	27,3%	847.373
2006	847.373	257.343	128.261	129.082	30,4%	998.510
2007	998.510	260.508	119.724	140.784	26,1%	1.132.718
2008	1.132.718	239.367	109.000	130.367	21,1%	1.274.080
2009	1.274.080	272.211	110.000	162.211	21,4%	1.430.569
2010	1.430.569	312.399	121.738	190.661	21,8%	1.624.542
2011	1.624.542	305.446	219.526	85.920	18,8%	1.713.743
2012	1.713.743	429.003	293.503	135.500	25,0%	1.848.309
2013	1.848.309	433.540	300.057	133.483	23,5%	1.957.295
2014	1.957.295	490.244	220.814	269.430	25,0%	2.232.649
2015	2.232.649	551.223	275.925	275.298	24,7%	2.520.866
2016	2.520.866	634.492	351.383	283.109	25,2%	2.792.976
2017	2.792.976	660.929	377.773	283.156	23,7%	3.087.479
Acumulado		5.251.686	2.773.037	2.478.649	1.559,5%	

1) Patrimônio líquido ajustado com a exclusão do saldo de dividendos a pagar.

Neste período de 14 anos o valor patrimonial da ação evoluiu de R\$2,44 para R\$10,70 com um crescimento (CAGR) de 12% a.a.

No mesmo período as ações da Grendene apresentaram uma evolução no preço de mercado (ajustado ao número de ações) de R\$10,33 para R\$28,45. Com esta variação e considerando o reinvestimento dos dividendos efetivamente pagos a ação GRND3 apresentou um retorno médio anual total aos acionistas de 14,5% a.a. inferior aos ganhos que seriam justificados pelos resultados contábeis, mas ainda assim melhores que o retorno médio total medido pelo índice Ibovespa de 8,6% a.a. (o índice também inclui o reinvestimento dos dividendos).

Relatório da Administração 2017

Na construção de marcas avançamos com o projeto “Clube Melissa”, ultrapassando as expectativas iniciais estimadas em 2012, quando iniciamos o projeto de franquias, em 200 lojas até 2017 e encerramos o ano com 263 lojas franqueadas, um aumento de 22 lojas em um ano de forte retração no varejo. Aproveitando este sucesso lançamos o mini Clube Melissa que, segundo nossas expectativas, deve impulsionar o crescimento deste projeto em 2018. Além disso, fortalecemos nossas marcas tradicionais – Rider, Cartago, Ipanema, Zaxy, Grendha e Grendene Kids - com inúmeros esforços de marketing e comunicação. Entre as iniciativas de marketing que nos proporcionaram bons resultados destacamos as ações da marca Rider que reforçou sua ligação com os esportes em colaboração com a NBA; na Zaxy alinhando ao comportamento do público alvo, tivemos o primeiro ano em que a comunicação da marca foi totalmente digital e atingimos a marca de 1 milhão de fãs no Facebook; também no segmento infantil com a Grendene Kids tivemos várias conquistas: Prêmio de Licenciado do Ano Nickelodeon, Contrato Global com a Mattel e Contrato Global com a Warner.

Segundo nossa avaliação avançamos de forma importante em nossa estratégia de diferenciação de produtos pelo marketing, design e inovação. Lembramos também que a marca Melissa manteve sua estratégia baseada em três pilares: moda, arte e design, além das parcerias com ícones da moda como Comme des Garçons, Hayden Dunham, The Cambridge Satchel Co, Viviane Westwood, Jeremy Scott, Vitorino Campos, Cartel 011, Fábula CSC, Jason Wu entre outros.

Estes e outros esforços têm garantido que a marca Melissa cresça em seus principais mercados, bem como a sua representatividade nos negócios da Grendene, com reconhecimento através de premiações no mercado. É importante destacar que, coerente com nosso modelo de negócios, não investimos apenas em marcas e marketing. Para perseguir a continuidade de bons resultados temos investido em nossas operações fabris no que se convencionou chamar de indústria 4.0: robotização, automatização e IoT (internet das coisas) são algumas das ferramentas que temos aplicado para melhorar a qualidade dos produtos, a assertividade e pontualidade nas entregas e ao mesmo tempo manter os custos sob controle e o planejamento de produção otimizado. Em decorrência desta busca pela otimização dos custos e devido à queda do volume de produção dos últimos anos concentramos estes investimentos e a produção nas fábricas maiores e mais eficientes localizadas no Ceará. Como consequência o nível de utilização de nossa fábrica em Teixeira de Freitas, na Bahia, caiu bastante o que nos levou a fazer o impairment (reconhecimento de perda por redução de valor recuperável) no valor de investimento com impacto negativo líquido no resultado de R\$4,7 milhões reconhecido nas demonstrações financeiras da companhia na data de 31/12/2017. Em nossa avaliação, mais uma vez deixamos a crise de lado e conquistamos resultados somente possíveis pela disciplina e aplicação de uma equipe gerencial que tem, em média, mais de 20 anos de experiência na Grendene, *turn-over* muito baixo no nível gerencial que proporciona a contínua melhoria dos processos, e pelo grande engajamento de nossos cerca de 20 mil funcionários.

Em nossos 47 anos conquistamos expressiva liderança no setor de calçados e continuamos acreditando no fortalecimento de nossas marcas e crescimento no mercado interno e no mercado internacional, confiantes no futuro e no nosso potencial. Esta liderança e as vantagens competitivas que construímos podem ser estimadas quando consideramos o contínuo e persistente ganho de *market share* obtido com robusto retorno sobre o capital dos acionistas.

Em 2017, avaliamos que tivemos ganho em nossa participação de volumes em nossos mercados alvo, e ainda melhoramos a margem Ebit. Nos próximos anos a administração tem por objetivo manter e se possível elevar o patamar das margens obtidas, consolidando a tendência estabelecida. A qualidade de nossos produtos, a força de nossas marcas e o reconhecimento do varejo e clientes finais, bem como nossa alta eficiência operacional, serve de base a esta expectativa.

Para assegurar esta regularidade de resultados destacamos nossa habilidade de construir marcas fortes que tenham uma relação privilegiada com os clientes e desenvolver sólido relacionamento com os canais de distribuição através de um processo de longo prazo com efeitos cumulativos. Nos últimos 14 anos, entre muitos outros esforços, investimos cerca de R\$1,9 bilhão em publicidade e propaganda como forma de consolidar a construção de valor e nos próximos anos vamos buscar com ainda maior vigor, a aproximação com os clientes finais da Grendene. Nossa crença é que o entendimento das necessidades deste cliente é fator fundamental para o sucesso de nosso modelo de negócios.

Todas estas ações são coerentes com nossos Valores, que destacam justamente os aspectos que temos recebido reiterado reconhecimento público: Lucro, Competitividade, Inovação e Agilidade, e Ética.

Neste ano encerramos a operação de distribuição própria na Argentina e passamos a distribuir através de terceiros como nos demais países.

Relatório da Administração 2017

Também neste ano, nossa subsidiária que atuava no negócio de móveis vendeu todos seus ativos, liquidou seus passivos encerrando suas operações na Itália. Como fato subsequente, no início de 2018, a companhia A3NP, subsidiária integral da Grendene S.A que havia sido constituída para atuar no setor de móveis foi vendida (conforme decisão da Diretoria tomada em reunião realizada em 21/02/2018 e autorização de venda dada pelo Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração de 25/02/2016, quando a perda total deste investimento foi reconhecida pela companhia, conforme já divulgado anteriormente) por valor imaterial e sem qualquer impacto nos resultados consolidados da companhia.

Por fim, é forçoso reconhecer que nestes 47 anos não nos faltaram o apoio decisivo e a confiança de fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e especialmente milhares de colaboradores dedicados e comprometidos com nossa Visão de negócios e Valores.

A todos queremos sinceramente agradecer e com eles compartilhar o sucesso obtido.

A Administração

II. Principais Indicadores Consolidados (em IFRS)

R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR ¹ 17/12
Receita bruta de vendas	2.324,5	2.711,4	2.720,3	2.631,8	2.483,0	2.727,7	9,9%	3,3%
Mercado interno	1.845,4	2.146,9	2.077,7	1.899,8	1.870,3	2.106,6	12,6%	2,7%
Exportação	479,1	564,5	642,6	732,0	612,7	621,1	1,4%	5,3%
Receita líquida	1.882,3	2.187,3	2.233,3	2.202,8	2.045,1	2.252,0	10,1%	3,7%
Custo dos produtos vendidos	(1.000,2)	(1.193,6)	(1.207,4)	(1.134,9)	(1.048,6)	(1.151,2)	9,8%	2,9%
Lucro bruto	882,1	993,7	1.025,9	1.067,9	996,5	1.100,8	10,5%	4,5%
Despesas operacionais	(519,3)	(594,5)	(636,5)	(667,2)	(596,9)	(635,2)	6,4%	4,1%
EBIT	362,8	399,2	389,4	400,7	399,6	465,6	16,5%	5,1%
EBITDA	394,5	435,9	436,9	454,4	457,5	526,2	15,0%	5,9%
Resultado financeiro líquido	132,5	103,6	135,5	182,3	268,5	238,5	(11,2%)	12,5%
Lucro líquido	429,0	433,5	490,2	551,2	634,5	660,9	4,2%	9,0%

R\$	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR ¹ 17/12
Receita bruta por par	12,56	12,54	13,27	14,58	15,18	15,92	4,9%	4,9%
Mercado interno	13,21	12,96	13,60	14,12	15,13	16,67	10,2%	4,8%
Exportação	10,56	11,17	12,29	15,91	15,33	13,81	(9,9%)	5,5%
Exportação em US\$	5,40	5,18	5,22	4,78	4,39	4,33	(1,4%)	(4,3%)

R\$	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR ¹ 17/12
Lucro básico por ação	1,4266	1,4421	1,6328	1,8342	2,1101	2,1985	4,2%	9,0%
Lucro diluído por ação	1,4195	1,4367	1,6293	1,8305	2,1058	2,1917	4,1%	9,1%
Dividendo por ação	0,9760	0,9985	0,7351	0,9177	1,1686	1,2563	10,9%	5,8%

Milhões de pares	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR ¹ 17/12
Volumes	185,0	216,2	204,9	180,4	163,6	171,4	4,8%	(1,5%)
Mercado interno	139,7	165,7	152,7	134,5	123,6	126,4	2,2%	(2,0%)
Exportação	45,3	50,5	52,2	45,9	40,0	45,0	12,5%	(0,2%)

Margem %	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. p.p. ² 17/16	Var. p.p. ² 17/12
Bruta	46,9%	45,4%	45,9%	48,5%	48,7%	48,9%	0,2 p.p.	2,0 p.p.
EBIT	19,3%	18,3%	17,4%	18,2%	19,5%	20,7%	1,2 p.p.	1,4 p.p.
EBITDA	21,0%	19,9%	19,6%	20,6%	22,4%	23,4%	1,0 p.p.	2,4 p.p.
Líquida	22,8%	19,8%	22,0%	25,0%	31,0%	29,3%	(1,7 p.p.)	6,5 p.p.

R\$	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR ¹ 17/12
Dólar final	2,0435	2,3426	2,6562	3,9048	3,2591	3,3080	1,5%	10,1%
Dólar médio	1,9546	2,1576	2,3536	3,3315	3,4901	3,1920	(8,5%)	10,3%

Notas:

- 1) CAGR (Compound annual growth rate): Taxa composta de crescimento anual
- 2) p.p.: pontos percentuais.

III. Mercado e Condições Macroeconômicas

Após 4 anos de queda no consumo e na economia em geral, desemprego em níveis recordes, inflação e juros elevados o ano de 2017 foi de recuperação em todos os sentidos. A inflação ficou abaixo da meta, os juros estão em seu menor patamar desde a introdução do Real como moeda, o desemprego apresentou queda e o consumo teve leve recuperação. Sem dúvida nenhuma notícia alentadora, embora o consumo de calçados no país tenha caído novamente. Entretanto, a grave situação fiscal não foi resolvida, o que deve nos deixar alertas para uma possível interrupção nesta recuperação se o problema não for devidamente equacionado.

Ainda assim esperamos o primeiro semestre de 2018 com números positivos impulsionados pela copa do mundo na Rússia, o ano eleitoral brasileiro e o bom momento da economia mundial.

Depois de vários anos aumentando o lucro mesmo com queda nos volumes tanto pela recessão no mercado doméstico quanto a problemas no mercado internacional, a perspectiva de retomada de volumes nos deixa motivados.

O desemprego caindo e a inflação baixa, aumentam o poder de compra dos consumidores. Além disso, os juros baixos facilitam a desalavancagem da economia. Estes são, no nosso entender, sinais que o consumo de calçados pode voltar a crescer em 2018 recuperando parte das perdas ocorridas nos últimos anos.

Reiteramos que estamos prontos para aproveitar as oportunidades.

Com tudo ponderado nos parece que provavelmente o pior momento econômico desta crise devastadora já ficou para trás e as empresas que souberam se fortalecer durante este período, como a Grendene, se preparam para colher os resultados de uma economia mais saudável. Esta é nossa expectativa e estamos confiantes.

Produção brasileira de calçados e consumo aparente

Brasil (milhões de pares)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Produção	997	1.036	998	944	868*	845*	(2,6%)	(3,3%)
Importação	36	39	37	33	23	24	4,6%	(7,8%)
Exportação	113	123	130	124	126	127	1,2%	2,4%
Consumo aparente	920	952	905	853	765*	742*	(3,0%)	(4,2%)
Consumo per capita (par)	4,6	4,7	4,5	4,2	3,7*	3,6*	(2,7%)	(4,8%)

Fonte: IBGE / Secex / Abicalçados / (*) Números estimados pela Grendene.

Reapresentamos os números de produção, consumo aparente e consumo per capita para os anos de 2012 – 2015, em razão de atualizações e revisões das fontes de informações.

Grendene

Milhões de pares	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR % / Var. p.p. 17/12
Volumes	185,0	216,2	204,9	180,4	163,6	171,4	4,8%	(1,5%)
Share volume – Produção	18,6%	20,9%	20,5%	19,1%	18,8%	20,3%	1,5 p.p.	1,7 p.p.
Mercado interno	139,7	165,7	152,7	134,5	123,6	126,4	2,2%	(2,0%)
Share volume – M. interno	15,2%	17,4%	16,9%	15,8%	16,2%	17,0%	0,8 p.p.	1,8 p.p.
Exportação	45,3	50,5	52,2	45,9	40,0	45,0	12,5%	(0,2%)
Share volume – exportação	40,0%	41,1%	40,3%	37,0%	31,8%	35,4%	3,6 p.p.	(4,6 p.p.)

Fonte: Grendene S.A.

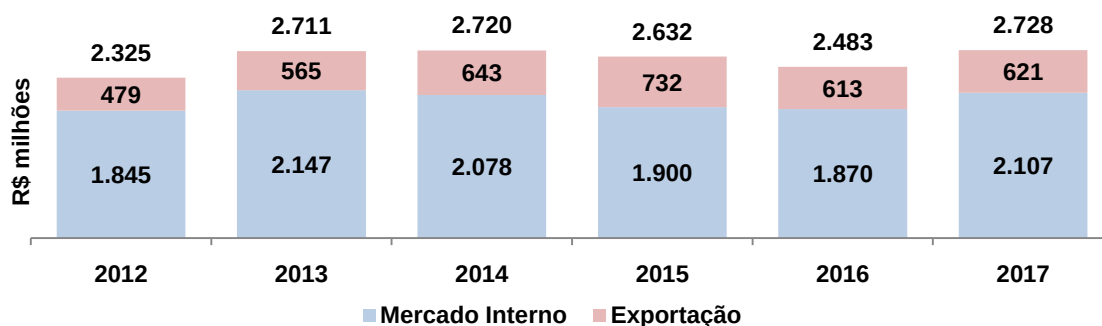
IV. Desempenho Econômico-Financeiro

1. Receita bruta de vendas

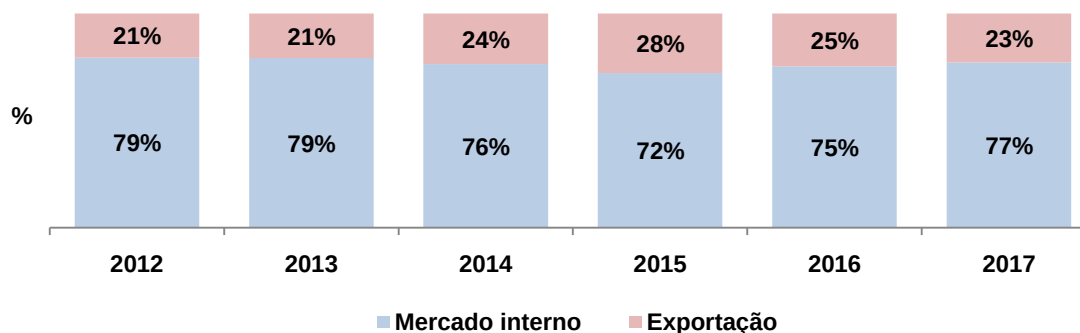
A evolução da receita e principalmente dos volumes de pares no mercado interno ilustram bem o que aconteceu no mercado brasileiro de calçados durante a pior crise já enfrentada em nossa economia. Se tomarmos entre o pico de volume em 2013 (165,7 milhões de pares no mercado interno) e 2017, perdemos 39,3 milhões de pares; no período 2012-2017 esta redução representa uma queda de 2% a.a., muito em linha com o que aconteceu no consumo doméstico. A receita da Grendene no mercado interno teve crescimento de 12,6% em 2017 comparado com 2016, sustentada por pequena retomada na economia e ganhos de *market share*, mas no período 2012-2017, em que o consumo de calçados no Brasil caiu fortemente, cresceu 2,7% a.a., inferior aos índices de inflação deste intervalo.

O robusto crescimento de 12,5% no volume de pares exportados não se traduz completamente em elevação de receita devido a uma taxa de câmbio menos favorável e o fim dos incentivos à exportação (PROAPI).

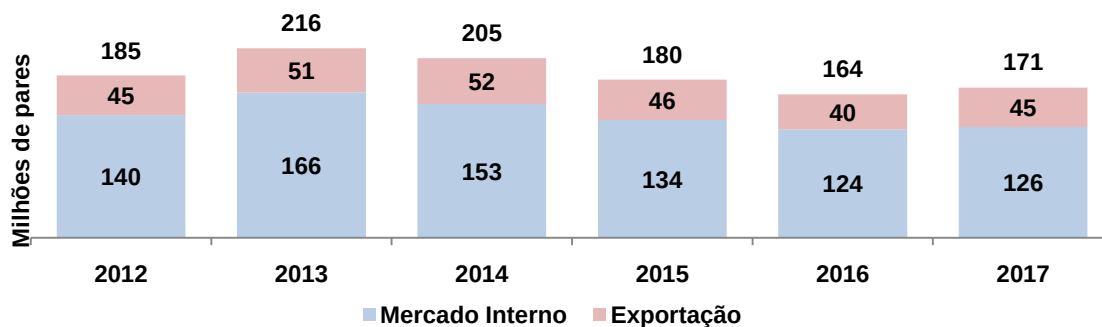
Receita bruta de vendas



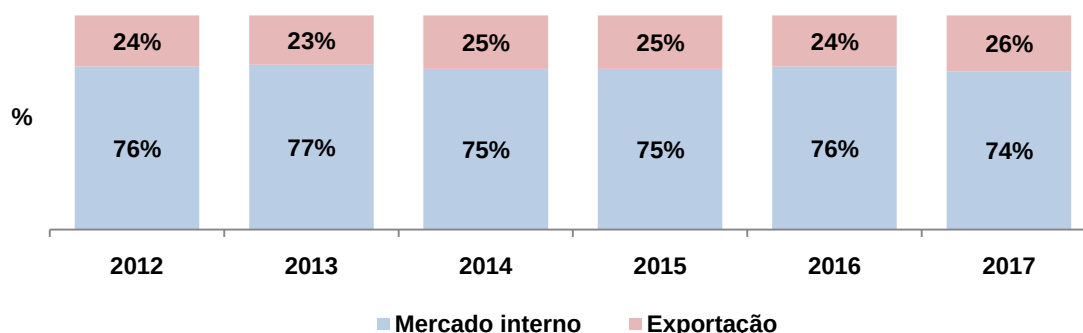
Participação % na receita bruta de vendas



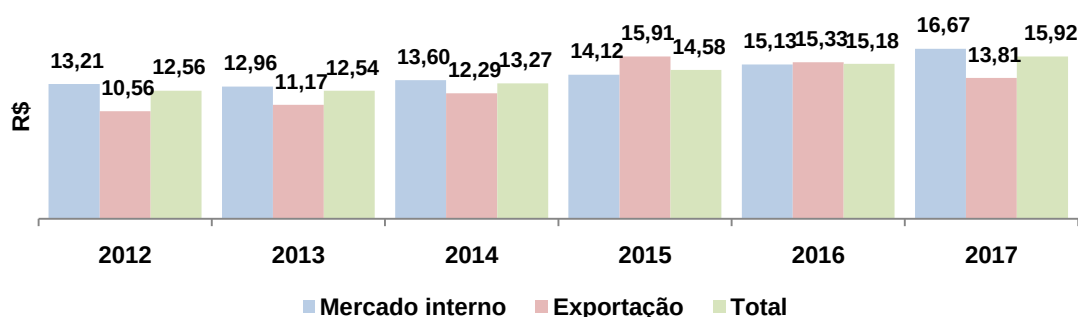
Volume de pares vendidos



Participação % no volume de pares



Receita bruta por par

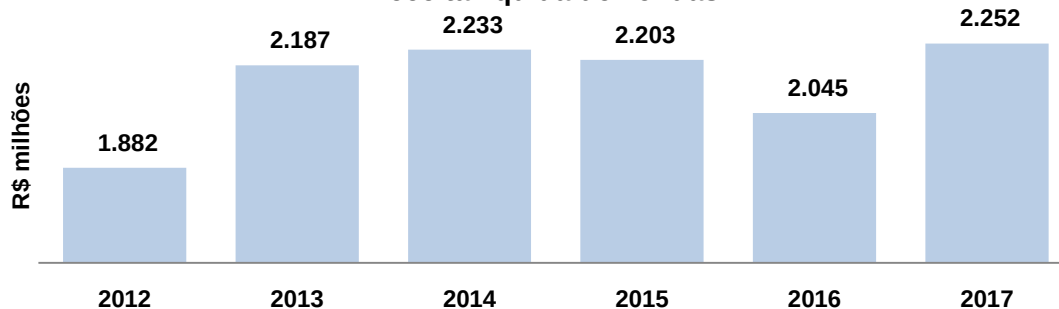


Conforme dados da MDIC/SECEX/ABICALÇADOS, as exportações brasileiras de calçados em 2017 vs. 2016, cresceram 1,2% no volume de pares vendidos, 9,3% do total exportado em dólar e 7,9% no preço médio em dólar. A nossa participação nas exportações brasileiras de calçados, quando comparado 2017 vs. 2016, ficou em 35,4% nos volumes de pares e 17,8% de participação do total exportado em dólar, mantendo a liderança nos volumes de pares nas exportações brasileiras de calçados pelo 15º ano consecutivo.

2. Receita líquida de vendas

R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Receita bruta de vendas	2.324,5	2.711,4	2.720,3	2.631,8	2.483,0	2.727,7	9,9%	3,3%
Mercado interno	1.845,4	2.146,9	2.077,7	1.899,8	1.870,3	2.106,6	12,6%	2,7%
Exportação	479,1	564,5	642,6	732,0	612,7	621,1	1,4%	5,3%
Deduções das vendas	(442,2)	(524,1)	(487,0)	(429,0)	(437,9)	(475,7)	8,6%	1,5%
Devoluções e impostos s/vendas	(328,6)	(393,3)	(383,0)	(336,4)	(346,7)	(372,6)	7,5%	2,5%
Descontos concedidos a clientes	(113,6)	(130,8)	(104,0)	(92,6)	(91,2)	(103,1)	13,0%	(1,9%)
Receita líquida de vendas	1.882,3	2.187,3	2.233,3	2.202,8	2.045,1	2.252,0	10,1%	3,7%

Receita líquida de vendas



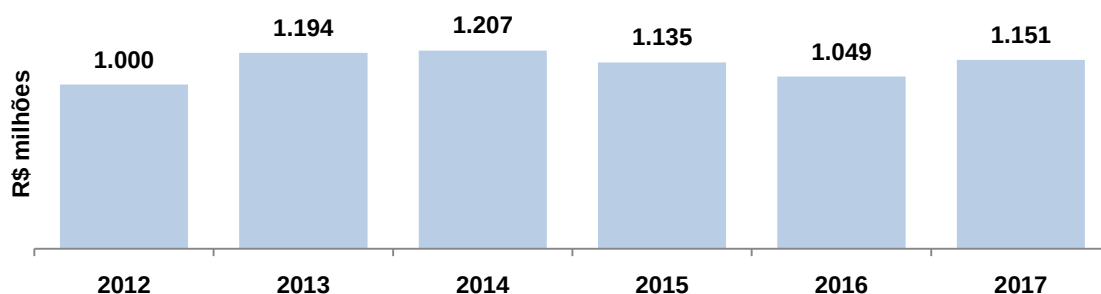
3. Custo dos produtos vendidos

Nos últimos cinco anos, com toda a volatilidade cambial, elevação do salário mínimo e pressões inflacionárias no país nosso custo unitário cresceu 4,4% a.a., bem inferior às taxas de inflação no período e ao crescimento de 4,9% a.a. na receita bruta por par. É verdade que contamos com o benefício da “desoneração da folha” promovido pelo governo federal a partir de 2011, parcialmente revertido em dezembro de 2015. Durante todo este período (no acumulado) o CPV total cresceu em nível inferior ao crescimento da receita líquida (cresceu 2,9% a.a.).

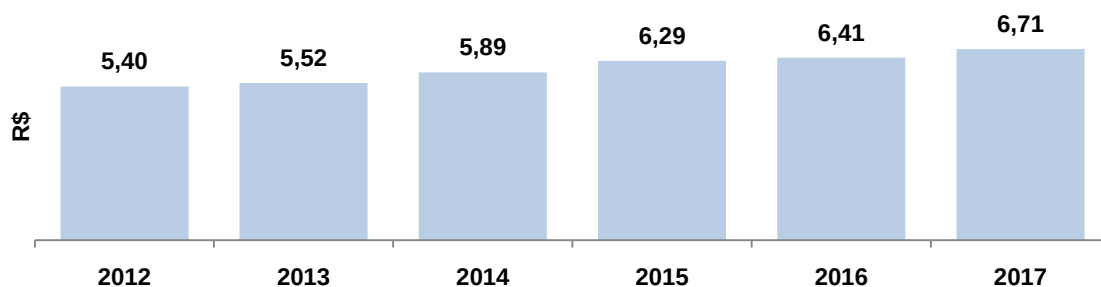
Entendemos que a disciplina nos custos é fator fundamental em nossos resultados.

R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Custo dos produtos vendidos	1.000,2	1.193,6	1.207,4	1.134,9	1.048,6	1.151,2	9,8%	2,9%
R\$ por par	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Custo dos produtos vendidos/par	5,40	5,52	5,89	6,29	6,41	6,71	4,7%	4,4%

CPV



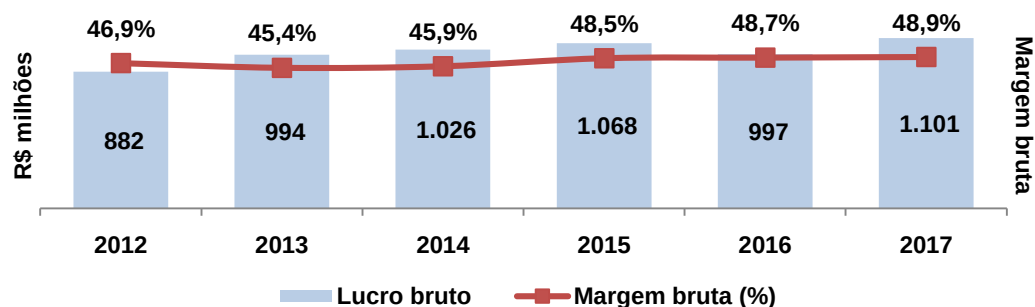
CPV - por par



4. Lucro bruto

O lucro bruto acompanhou a recuperação da receita crescendo 10,5% em relação a 2016 e com crescimento de margem bruta de 0,2 p.p. A manutenção de nossa margem bruta acima de 48%, atingindo mais um recorde neste ano, tem sido nossa grande conquista em um cenário de consumo deprimido e aumento de impostos. Para que isso fosse possível fizemos consideráveis esforços de produtividade o que tornou nossa operação mais robusta e resiliente.

R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Lucro bruto	882,1	993,7	1.025,9	1.067,9	996,5	1.100,8	10,5%	4,5%
Margem bruta	46,9%	45,4%	45,9%	48,5%	48,7%	48,9%	0,2 p.p.	2,0 p.p.

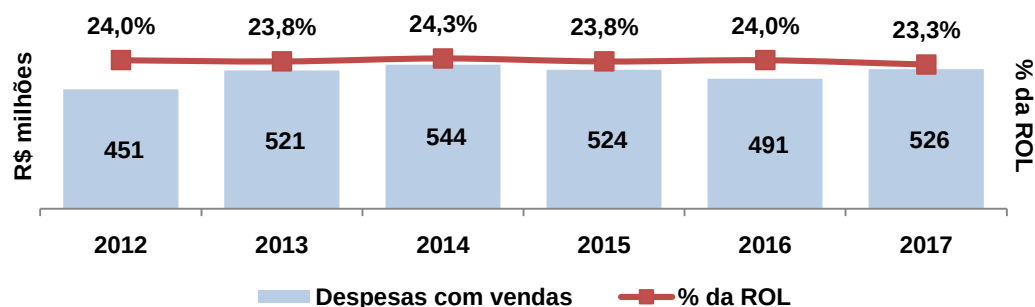


5. Despesas operacionais (DVG&A)

5.1. Despesas com vendas

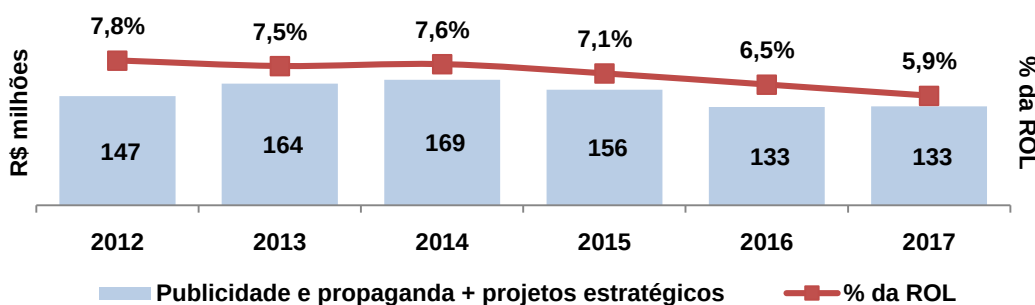
As despesas comerciais da Companhia são predominantemente variáveis na forma de fretes, licenciamentos, comissões, publicidade e marketing mantendo-se ao longo do período em aproximadamente 24% da receita líquida.

R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Despesas com vendas	451,0	521,2	543,7	523,7	490,6	525,8	7,2%	3,1%
% da receita líquida de vendas	24,0%	23,8%	24,3%	23,8%	24,0%	23,3%	(0,7 p.p.)	(0,7 p.p.)



5.1.1 Despesas com publicidade e propaganda

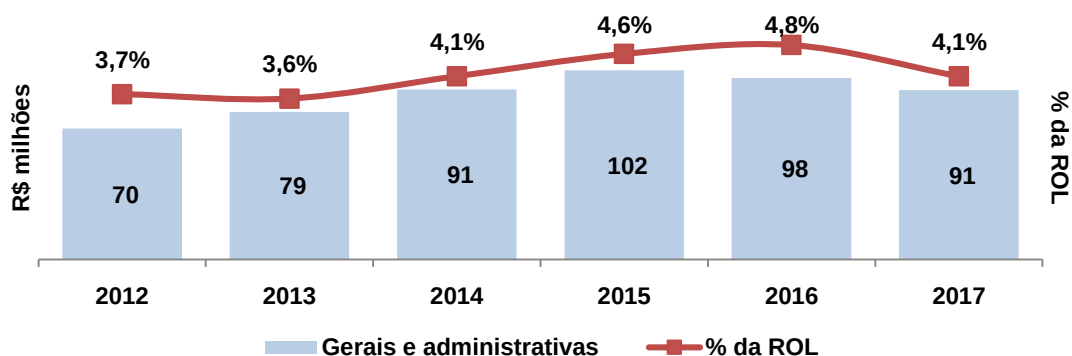
R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Desp. publicidade e propaganda (a)	147,0	163,7	169,2	148,9	125,2	125,6	0,3%	(3,1%)
% da receita líquida de vendas	7,8%	7,5%	7,6%	6,8%	6,1%	5,6%	(0,5 p.p.)	(2,2 p.p.)
Projetos estratégicos de marcas (b)	-	-	-	6,7	7,3	7,6	4,0%	-
Total ajustado (a + b)	147,0	163,7	169,2	155,6	132,5	133,2	0,5%	2,0%
% da receita líquida de vendas	7,8%	7,5%	7,6%	7,1%	6,5%	5,9%	(0,6 p.p.)	(1,9 p.p.)



5.2. Despesas gerais e administrativas (DG&A)

As despesas gerais e administrativas caíram 6,3%, representando em percentual sobre a receita líquida de 4,1%, ainda acima do indicador que temos perseguido.

R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
DG&A	70,4	79,0	91,3	101,7	97,5	91,3	(6,3%)	5,3%
% da receita líquida de vendas	3,7%	3,6%	4,1%	4,6%	4,8%	4,1%	(0,7 p.p.)	0,4 p.p.



6. Ebit e Ebitda

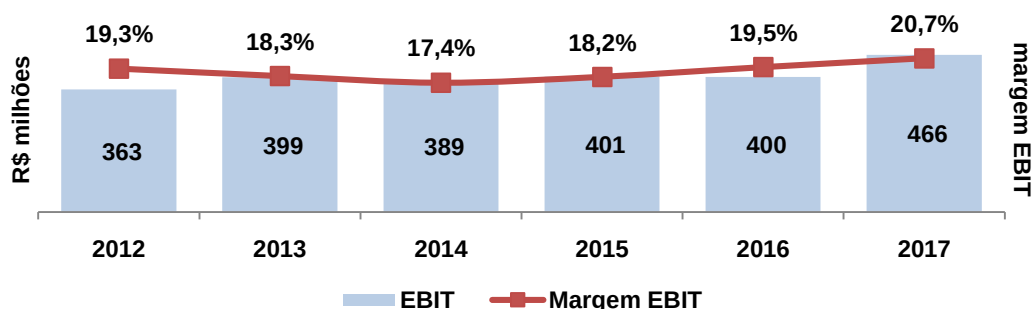
6.1. Ebit

EBIT – *earnings before interests and taxes* – lucro operacional antes dos efeitos financeiros. Entendemos que por possuímos uma grande posição de caixa que gera receitas financeiras expressivas o lucro operacional de nossa atividade é melhor caracterizado pelo EBIT.

Conciliação do EBIT / EBITDA Contábil * / (R\$ milhões)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Lucro líquido do exercício	429.003	433.540	490.244	551.223	634.492	660.929	4,2%	9,0%
Part. acionistas não controladores	888	465	(4.985)	(11.912)	(537)	(26)	(95,2%)	(149,4%)
Tributos sobre o lucro	65.399	68.805	39.678	43.768	34.157	43.189	26,4%	(8,0%)
Resultado financeiro líquido	(132.477)	(103.577)	(135.524)	(182.347)	(268.518)	(238.502)	(11,2%)	12,5%
EBIT	362.813	399.233	389.413	400.732	399.594	465.590	16,5%	5,1%
Depreciação e amortização	31.725	36.648	47.461	53.652	57.878	60.639	4,8%	13,8%
EBITDA	394.538	435.881	436.874	454.384	457.472	526.229	15,0%	5,9%

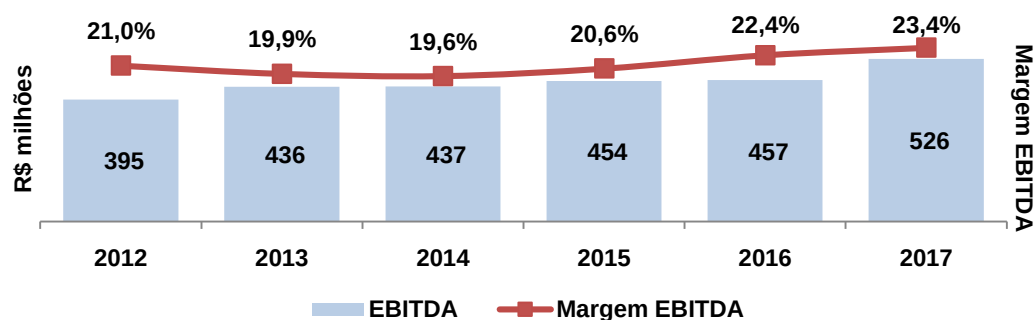
Margem EBIT	19,3%	18,3%	17,4%	18,2%	19,5%	20,7%	1,2 p.p.	1,4 p.p.
Margem EBITDA	21,0%	19,9%	19,6%	20,6%	22,4%	23,4%	1,0 p.p.	2,4 p.p.

* Demonstração conforme Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.



6.2. Ebitda

Nosso negócio é de baixa intensidade de capital sendo a depreciação em torno de 2,5% da Receita Líquida (2,4% em 2015, 2,8% em 2016 e 2,7% em 2017) e a empresa regularmente investe um valor equivalente à depreciação para manter sua capacidade de produção atualizada. Adicionalmente a empresa mantém caixa líquido positivo e não tem encargos financeiros que devem ser pagos com recursos originados da operação. Desta forma entendemos que a análise do EBIT faz mais sentido para a gestão operacional da Companhia.



7. Resultado financeiro líquido

A Companhia detém uma sólida posição de caixa e os resultados financeiros são uma parte importante do lucro líquido da empresa. As operações com câmbio têm por objetivo o hedge principalmente de recebíveis das exportações. A Grendene nestas operações é vendedora da moeda americana e o resultado à longo prazo das mesmas tem como objetivo ser muito perto de zero. Assim o resultado financeiro é basicamente influenciado pela taxa de juros (SELIC) e o caixa médio mantido pela Companhia.

Em 2017 o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$238,5 milhões, 11,2% menor ao obtido em 2016, em consequência da grande queda de juros na economia brasileira ocorrida em 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir:

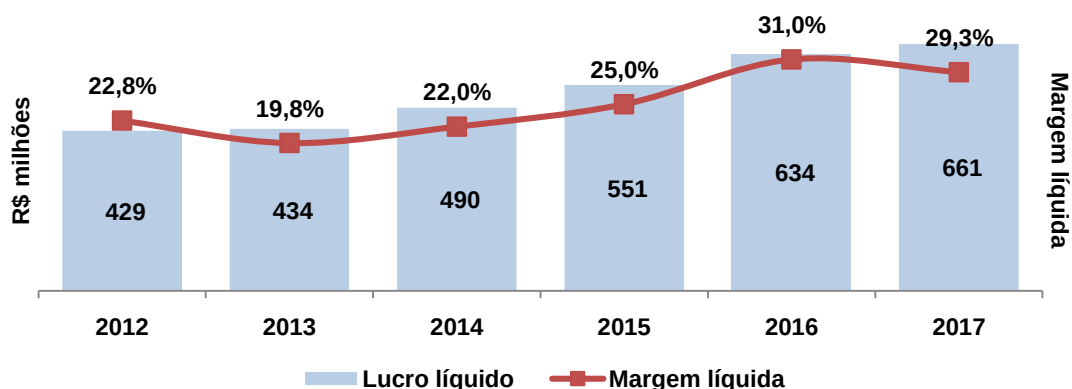
R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Juros recebidos de clientes	1,9	1,9	1,9	2,9	2,2	2,2	2,9%	3,3%
Receitas de aplicações financeiras	93,7	81,9	100,1	168,2	207,7	169,8	(18,3%)	12,6%
Outras receitas financeiras	3,5	2,2	5,2	4,1	3,3	3,0	(8,0%)	(2,7%)
Sub-total	99,1	86,0	107,2	175,2	213,2	175,1	(17,9%)	12,1%
Despesas de financiamentos	(9,2)	(19,6)	(21,8)	(20,5)	(18,3)	(10,9)	(40,8%)	3,3%
Cofins e PIS sobre receitas financeiras	-	-	-	(5,0)	(11,0)	(8,3)	(23,9%)	-
Outras despesas financeiras	(4,2)	(5,2)	(5,6)	(9,6)	(4,9)	(3,8)	(23,2%)	(2,2%)
Sub-total	(13,4)	(24,8)	(27,4)	(35,1)	(34,2)	(23,0)	(32,9%)	11,3%
Resultado financeiro (1)	85,7	61,2	79,8	140,1	179,0	152,1	(15,0%)	12,2%
Rec. op. deriv. cambiais – BM&F	14,8	18,2	16,6	66,3	49,1	30,0	(38,9%)	15,1%
Receitas com variação cambial	49,7	40,2	41,9	118,8	69,7	34,5	(50,5%)	(7,0%)
Sub-total	64,5	58,4	58,5	185,1	118,8	64,5	(45,7%)	-
Desp. op. deriv. cambiais – BM&F	(11,3)	(26,2)	(24,0)	(123,6)	(11,6)	(19,8)	71,3%	11,9%
Despesas com variação cambial	(47,7)	(28,5)	(33,5)	(80,3)	(82,4)	(31,2)	(62,1%)	(8,1%)
Sub-total	(59,0)	(54,7)	(57,5)	(203,9)	(94,0)	(51,0)	(45,7%)	(2,9%)
Resultado financeiro Câmbio (2)	5,5	3,7	1,0	(18,8)	24,8	13,4	(45,9%)	19,4%
Ajustes a valor presente (AVP)	41,3	38,7	54,7	61,0	64,7	73,0	12,8%	12,1%
Resultado Financeiro (3)	41,3	38,7	54,7	61,0	64,7	73,0	12,8%	12,1%
Resultado Financeiro - (1) + (2) + (3)	132,5	103,6	135,5	182,3	268,5	238,5	(11,2%)	12,5%

Lembramos que nas demonstrações financeiras consolidadas, os descontos concedidos a clientes são classificados em deduções de vendas.

8. Lucro líquido do exercício

Nos últimos cinco anos o lucro líquido cresceu 9,0% a.a. (CAGR 2012-2017) com elevação em todas as margens da empresa neste período: bruta (2,0 p.p.), operacional (1,4 p.p.) e líquida (6,5 p.p.). Em 2017, com a queda do resultado financeiro, mesmo com o aumento de 16,5% no Ebit, a margem líquida caiu 1,7 p.p. para 29,3%.

R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Lucro líquido do exercício	429,0	433,5	490,2	551,2	634,5	660,9	4,2%	9,0%
Margem líquida	22,8%	19,8%	22,0%	25,0%	31,0%	29,3%	(1,7 p.p.)	6,5 p.p.



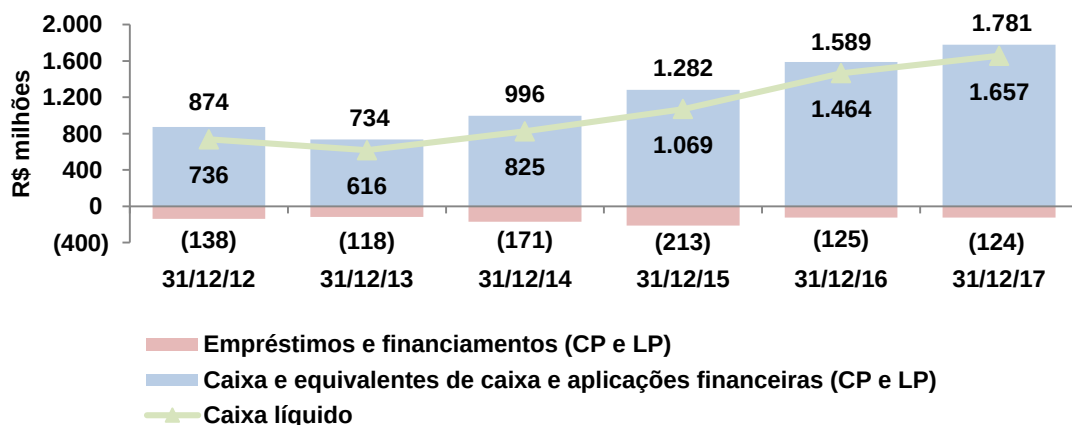
9. Geração de Caixa

Em 2017, o caixa gerado nas atividades operacionais de R\$525,7 milhões, foi destinado para pagamento de investimentos em imobilizados e intangíveis no valor de R\$107,5 milhões, pagamento de empréstimos no valor líquido de R\$9,7 milhões, aplicações financeiras no valor líquido de R\$17,9 milhões, JCP e dividendos no valor total de R\$376,7 milhões e no resultado líquido negativo de R\$4,4 milhões na compra de ações em tesouraria para atender ao exercício dos detentores de opções de compra outorgadas pela empresa, o que resultou no aumento de R\$9,5 milhões do valor mantido em conta corrente e aplicações financeiras de curtíssimo prazo. O fluxo de caixa completo está disponível nas demonstrações financeiras.

Geramos R\$2,6 bilhões de caixa acumulado proveniente de nossas atividades operacionais nos últimos seis anos, confirmando nossa excelente performance operacional.

10. Disponibilidades Líquidas

A distribuição das disponibilidades (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo), empréstimos e financiamentos (CP e LP) e do caixa líquido, podem ser vistas no gráfico a seguir:

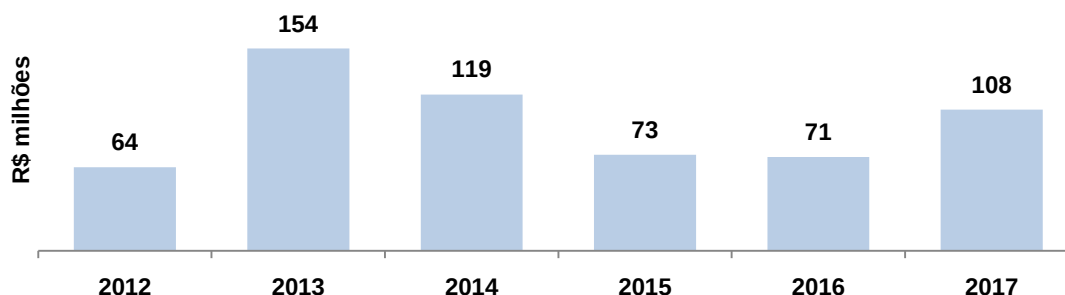


11. Investimentos (Imobilizado e Intangível)

Em 2017, os principais investimentos foram manutenção de prédios industriais e instalações, reposição do ativo imobilizado e aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e melhor eficiência de produção.

Para 2018 estimamos investimento entre R\$110 milhões e R\$120 milhões.

R\$ milhões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16	CAGR 17/12
Investimentos	63,6	154,0	119,1	73,2	71,5	107,5	50,4%	11,1%

Investimentos**12. Auditores independentes - Instrução CVM 381/03**

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Grendene S.A. informa que utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY), para revisão especial de suas informações trimestrais e auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2017, cujos honorários totalizaram R\$409,2 mil. No decorrer deste exercício a EY também foi contratada para a realização de outros serviços relativos a assessoria tributária, no valor de R\$131,1 mil, correspondente a 32% do total dos serviços de auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os serviços prestados pela EY relacionados aos trabalhos de asseguarção foram executados em observância as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC PA 291 (R1) – Independência – Outros Trabalhos de Asseguarção, conforme aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.311/10, de 9 de dezembro de 2010 e não incluem os serviços que podem comprometer a independência conforme descrito na referida norma.

12.1. Justificativa dos Auditores Independentes – EY

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Grendene S.A. e suas controladas. A política de atuação com a Grendene na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

V. Mercado de capitais e governança corporativa

1. Mercado de capitais

Em 2017 foram negociadas 88,1 milhões de ações ordinárias (1,04 vezes as ações do *free float*), 381,3 mil negócios o que representou um volume financeiro de R\$2,2 bilhões. As médias diárias foram: quantidade 358 mil ações ordinárias (0,42% do *free float*), volume financeiro de R\$9,0 milhões e 1.550 negócios.

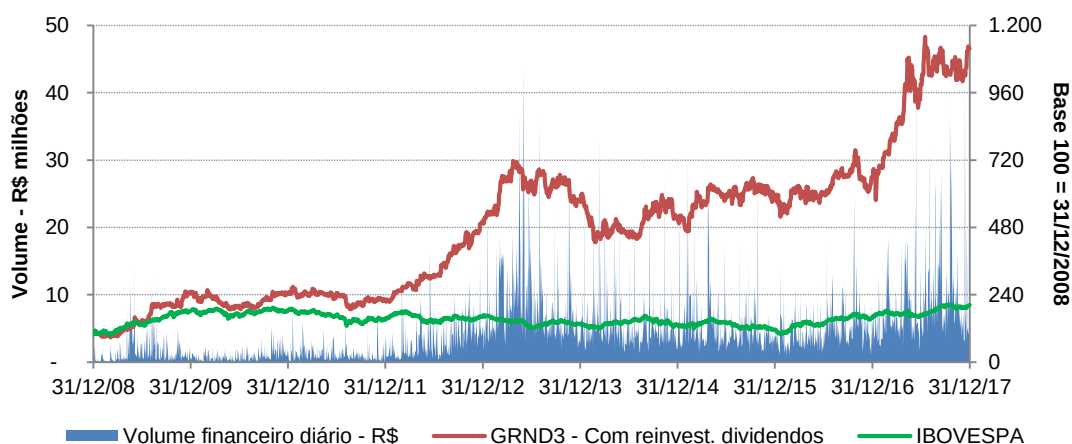
De janeiro a dezembro de 2017, a ação da Grendene (GRND3) proporcionou rendimento de 69,3% considerando o reinvestimento dos dividendos e o preço da ação oscilou de um mínimo de R\$17,20 em 16 de janeiro de 2017 e um máximo de R\$31,49 em 18 de julho de 2017 (Em 2016 preço oscilou de um mínimo de R\$14,60 em 21 de janeiro de 2016 e máximo R\$20,54 em 28 de outubro de 2016). No mesmo período o IBOVESPA valorizou 26,9%. Salientamos que o *dividend yield* calculado pelo preço médio ponderado da ação em 2017 foi de 4,7% a.a. (6,3% a.a. em 2016).

A quantidade de negócios, número de ações negociadas, volume financeiro e as médias diárias estão apresentadas no quadro a seguir:

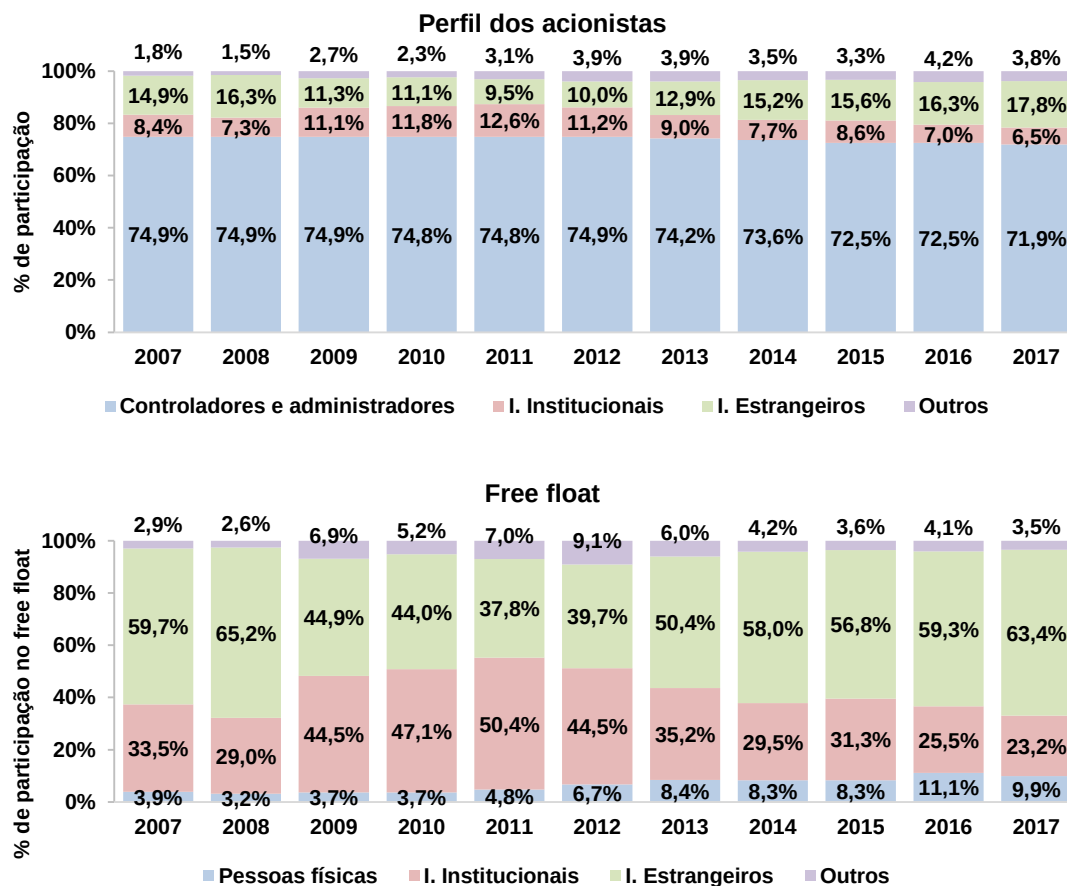
Ano	Pregões	Nº negócios	Quantidade de ações	Volume R\$	Preço R\$		Qtde. média ações		Vol. fin. médio R\$	
					Médio ponderado	Fechamento	negócio	Diário	negócio	Diário
2012	246	134.570	66.297.600	772.896.090	11,66	16,49	493	269.502	5.743	3.141.854
2013	248	395.765	106.569.600	2.146.610.763	20,14	18,09	269	429.716	5.424	8.655.689
2014	248	352.905	93.691.900	1.422.422.174	15,18	15,30	265	377.790	4.031	5.735.573
2015	246	331.468	78.686.700	1.317.558.400	16,74	16,84	237	319.865	3.975	5.355.928
2016	249	336.512	70.808.700	1.214.895.573	17,16	17,58	210	284.372	3.610	4.879.099
2017	246	381.336	88.072.400	2.202.354.443	25,01	28,45	231	358.018	5.775	8.952.660

A seguir mostramos o comportamento das ações ON da Grendene em comparação ao Índice BOVESPA, considerando base 100 igual a 31 de dezembro de 2008, e o volume financeiro diário.

Volume financeiro diário e GRND3 x IBOVESPA



Em 31 de dezembro de 2017, a participação no capital social da Grendene S.A dos investidores institucionais brasileiros era de 6,5% (23,2% do *free float*), investidores estrangeiros 17,8% (63,4% do *free float*), pequenos investidores incluindo pessoas físicas 3,8% (13,4% do *free float*) e os outros 71,9% do capital social estavam em poder dos acionistas controladores e administradores.



No quadro a seguir apresentamos a maior e menor cotação ocorrida a cada trimestre de 2016 e 2017.

Período	Maior cotação		Menor cotação	
	Valor R\$	Data	Valor R\$	Data
1T16	18,03	03/03/2016	14,60	21/01/2016
2T16	17,70	01/04/2016	15,25	16/06/2016
3T16	18,75	08/09/2016	15,92	06/07/2016
4T16	20,54	28/10/2016	16,01	15/12/2016
1T17	22,72	31/03/2017	17,20	16/01/2017
2T17	28,79	12/05/2017	22,20	03/04/2017
3T17	31,49	18/07/2017	25,54	03/07/2017
4T17	28,20	26/12/2017	25,32	10/11/2017

2. Dividendos

2.1. Política de Dividendos

Para 2018, manteremos nossa política estabelecida em 13/02/2014, divulgada em Fato Relevante na mesma data, de distribuir como dividendos, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias a totalidade dos Lucros que não têm como origem os incentivos fiscais estaduais. Lembramos que estes dividendos poderão ser pagos na forma de juros sobre capital próprio conforme faculta a legislação.

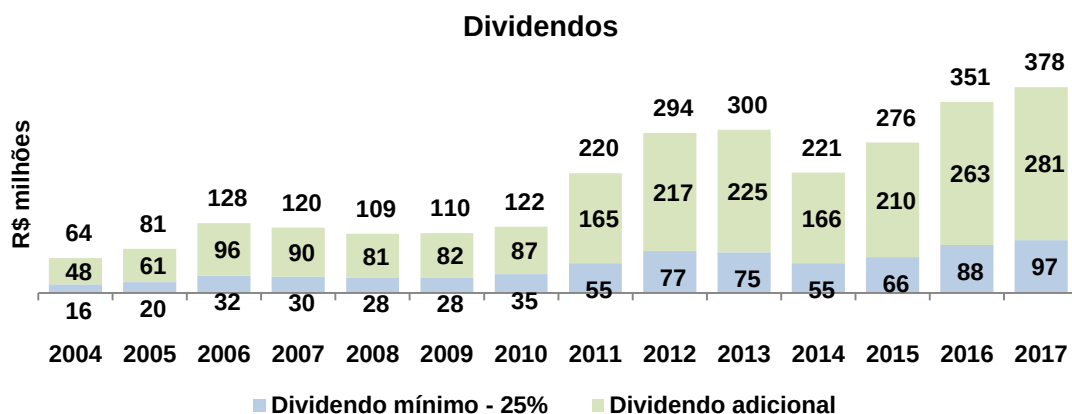
Adicionalmente, manteremos nossa política de distribuição trimestral dos dividendos.

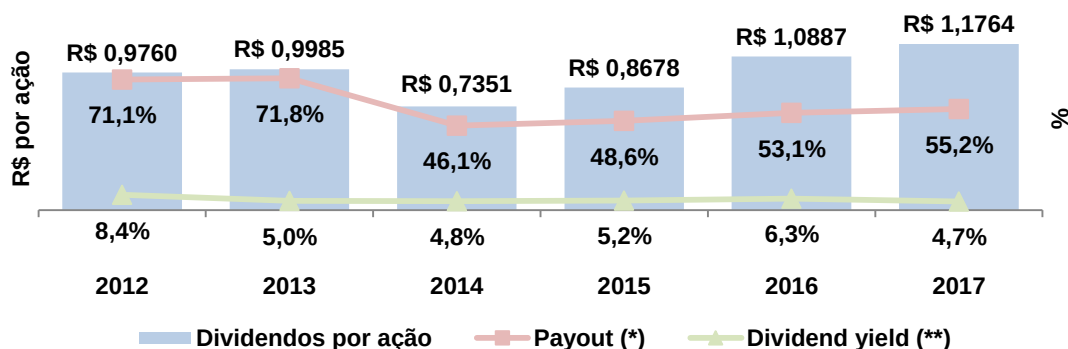
2.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) deliberados

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas na lei. De 2004 a 2017, o valor dos dividendos distribuídos de acordo com este percentual previsto nos estatutos da Companhia foi de R\$703 milhões. Entretanto, a administração propôs e a empresa distribuiu um valor adicional de R\$2,1 bilhões, totalizando R\$2,8 bilhões em média 60,2% do lucro líquido após a reserva legal, o que representa acumuladamente R\$9,22 por ação (base: 300.720.000 ações ordinárias).

Na tabela abaixo consideramos o pagamento de JCP e dividendos acumulados:

Anos	R\$ milhões		
	Dividendo mínimo – 25%	Dividendo adicional	Total dividendo
2004	16	48	64
2005	20	61	81
2006	32	96	128
2007	30	90	120
2008	28	81	109
2009	28	82	110
2010	35	87	122
2011	55	165	220
2012	77	217	294
2013	75	225	300
2014	55	166	221
2015	66	210	276
2016	88	263	351
2017	97	281	378
Acumulado (R\$ milhões)	702	2.072	2.774





(*) Payout: Dividendo+JCP líquido dividido pelo lucro líquido após a constituição das reservas legais.

(**) Dividend yield: Dividendo por ação + JCP líquido por ação no exercício dividido pelo preço médio ponderado da ação no período anualizado.

De acordo com o estatuto social e a atual política de dividendos e com base no montante demonstrado abaixo, a administração propõe a destinação do resultado relativo ao exercício de 2017 da seguinte forma:

- R\$96.719.155,51** como dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% da base de dividendos, demonstrada abaixo;
- R\$281.053.987,83** de dividendo adicional ao dividendo mínimo obrigatório.

A soma destes valores perfaz um total de **R\$377.773.143,34**, que diminuído das antecipações trimestrais efetuadas no valor bruto de R\$228.143.143,34 (JCP e dividendos) resulta o saldo de **R\$149.630.000,00**, que a Companhia pagará “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2017, **a partir de 16 de maio de 2018** da seguinte forma:

- R\$130.000.000,00 como JCP (bruto) imputado ao dividendo (valor líquido R\$110.500.000,00);
- R\$19.630.000,00 como dividendo complementar do exercício de 2017.

Farão jus ao recebimento dos juros sobre capital próprio e dividendo complementar, os acionistas titulares de ações ordinárias (GRND3) **inscritos nos registros da Companhia em 03 de maio de 2018 (data do corte)**. A partir desta data os créditos de JCP serão efetuados de forma individualizada aos acionistas com a respectiva retenção de imposto de renda na fonte, conforme legislação em vigor. Desta forma, as ações da Grendene (GRND3) passarão a ser negociadas, **ex-dividendo e ex-JCP a partir de 04 de maio de 2018** na B3.

Base para a distribuição de dividendos 2017

Grendene S.A. (Controladora)	R\$
Lucro líquido do exercício	660.928.515,86
(-) Reserva de incentivos fiscais	(253.689.966,35)
Base de cálculo da reserva legal	407.238.549,51
(-) Constituição da reserva legal	(20.361.927,47)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	386.876.622,04
(-) Reserva de lucros estatutária para aquisição de ações*	(9.103.478,70)
Valor do dividendo referente ao resultado do exercício de 2017 (JCP e Dividendos)	377.773.143,34
<i>Dividendo mínimo obrigatório – 25%</i>	96.719.155,51
<i>Dividendo proposto em excesso ao mínimo obrigatório</i>	281.053.987,83

* Reserva constituída para atender ao plano de opções de compra ou subscrição de ações ("Stock options"), conforme art. 32, §2º do Estatuto Social.

Destinação dos proventos propostos (JCP e Dividendos)

Total dos dividendos / JCP propostos pela administração	377.773.143,34
(-) Dividendos e JCP pagos antecipadamente	(228.143.143,34)
(=) Saldo disponível do exercício de 2017	149.630.000,00
Saldo a distribuir em forma de dividendo	19.630.000,00
Saldo a distribuir em forma de JCP	130.000.000,00
(-) Imposto de renda retido na fonte (15%)	19.500.000,00
(+) JCP Líquido de impostos	110.500.000,00

Dividendos e JCP distribuídos / propostos							
Dividendo/JCP	Data de aprovação	Data ex-dividendo	Data de início de pagamento	Valor bruto R\$	Valor bruto por ação R\$	Valor líquido R\$	Valor líquido por ação R\$
Dividendo ¹	27/04/2017	03/05/2017	17/05/2017	69.078.060,63	0,2297	69.078.060,63	0,2297
JCP ¹	27/04/2017	03/05/2017	17/05/2017	30.000.000,00	0,0998	25.500.000,00	0,0848
Dividendo ¹	27/07/2017	04/08/2017	16/08/2017	55.584.193,70	0,1848	55.584.193,70	0,1848
Dividendo ¹	26/10/2017	07/11/2017	22/11/2017	73.480.889,01	0,2444	73.480.889,01	0,2444
Dividendo ¹	22/02/2018	04/05/2018	16/05/2018	19.630.000,00	0,0653 ²	19.630.000,00	0,0653 ²
JCP ¹	22/02/2018	04/05/2018	16/05/2018	130.000.000,00	0,4323 ²	110.500.000,00	0,3675 ²
Total				377.773.143,34	1,2563²	353.773.143,34	1,1765²

¹ Dividendos e JCP aprovados "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2017.

² Valor do dividendo e JCP por ação sujeito a alteração em função do saldo de ações em tesouraria na data do corte (03/05/2018). Demonstração do valor unitário com data base 31/12/2017.

3. Melhores Práticas de Governança Corporativa

Buscando manter analistas e investidores informados sobre o desempenho dos nossos negócios, possuímos canais de comunicação permanentes, realizamos visitas, participamos de conferências e fazemos apresentações em eventos em diversos locais no mundo. Mantemos ainda um site específico para as relações com investidores em inglês e português. Desde 2008 deixamos de elaborar o Relatório Anual, prestando todas as informações sobre nosso desempenho no Relatório da Administração e Formulário de Referência, ambos traduzidos e postados em nosso site. Realizamos teleconferências trimestrais de apresentação de nossos resultados em português com tradução simultânea para o idioma inglês e publicamos um *press release* de análise destes resultados. Também trimestralmente fazemos *non deal roadshow* no Brasil e semestralmente no exterior de acordo com interesse demonstrado por investidores e acionistas e pelo menos duas reuniões com a APIMEC (SP e RS) por ano.

Desde 14 de abril de 2008, como forma de alinhar os interesses dos Administradores com os Acionistas, introduzimos um Plano de Opções de Compra de Ações (*Stock Options*) que abrange membros da Diretoria e os nossos principais executivos. Desde o início do Plano, já outorgamos 9,1 milhões de opções de compra (ajustadas pelo desdobramento ocorrido em 23 de setembro de 2009), equivalentes a 3,0% do total de ações da Companhia das quais 15,8% continuam em aberto (1,4 milhão de ações), equivalentes a 0,5% do total das ações (Data base: 31/12/2017). Nossas ações são listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA desde 29/10/04. Em novembro de 2007 ajustamos o nosso *free float* para 25% de acordo com as regras estabelecidas pelo regulamento de listagem do Novo Mercado. Como forma de melhorar a liquidez, contratamos formador de mercado para as nossas ações GRND3 desde setembro de 2005 e, em setembro de 2009 efetuamos o desdobramento da quantidade de ações emitidas de 100.000.000 para 300.000.000, visando maior liquidez para nossas ações e facilitar sua compra pelos pequenos investidores e consequentemente ampliar nossa base de acionistas. Em 22 de março de 2010 aprovamos o aumento de capital social por meio da emissão de 720.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, para atender o Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, passando o capital social ser composto por 300.720.000 ações ordinárias, com exceção deste exercício de opções, para atender todos os demais a Companhia adquiriu ações no mercado e portanto os acionistas não foram diluídos. Em 31 de dezembro de 2017, as ações em circulação representavam 28,1% do total de ações emitidas.

3.1 Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes deste Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

3.2 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

3.3 Premiações & Reconhecimentos

Em 2017 a Grendene foi homenageada e reconhecida por várias instituições pelo seu desempenho em diversos setores de atuação.



Selo de Excelência em Franchising 2017
(ABF)



24º Prêmio Expressão de Ecologia



17ª edição do anuário Valor 1000



21ª edição do Troféu Transparência,



17ª edição do Prêmio Delmiro Gouveia



Grendene está no ranking das 500 Maiores do Sul

VI. Responsabilidade social e ambiental

A jornada do Desenvolvimento Sustentável na Grendene está relacionada a diversos aprendizados, e descobertas relacionadas a comportamentos e atitudes que impactam positiva ou negativamente alguns indicadores. Esta caminhada está sendo desenvolvida com experimentações e análises aprofundadas sobre qual é o melhor caminho a ser seguido.

Uma das principais ações que alteraram positivamente o comportamento e atitude dos funcionários da Grendene foi o programa sócio ambiental chamado Prato Limpo, que tem o objetivo de reduzir desperdícios e o propósito de proporcionar aos funcionários conhecimentos úteis que podem ser replicados em suas casas e vida pessoal. Somente no ano de 2017, tivemos uma redução de desperdícios de alimentos em 241,5 toneladas, para uma quantidade aproximada de 17 mil funcionários. Vale destacar que neste mesmo ano fomos ganhadores do Prêmio Expressão de Ecologia em razão deste programa.



Nosso foco continua na redução de desperdícios, otimização e conhecimento da disponibilidade e uso real dos recursos (matérias-primas, equipamentos, energia e água), pensamento e ação na reciclabilidade dos resíduos e na qualidade dos processos.

Também é importante salientar como nosso objetivo a inclusão de forma adequada neste contexto do nosso funcionário e da sociedade onde nossas operações estão instaladas, pois acreditamos que os mesmos nos tornam mais aptos a seguir na jornada do desenvolvimento sustentável.

Continuamos mantendo atenção especial ao consumo de água, consumo de energia e geração de resíduos em geral. As ações desenvolvidas geraram não apenas redução de custos e riscos operacionais como também um menor impacto ambiental. Abaixo destacamos alguns pontos:

Em 2017, tivemos uma **redução de 11,6%** no consumo de água por par produzido;

Consumo de água – nossas operações industriais estão numa região árida, o que reforça a nossa ação para aumentar ainda mais a disponibilidade de água e consequentemente reduzir o impacto da nossa pegada hídrica.

- Reutilizamos, após o tratamento de efluente, o volume de 53.289 m³, o que representou o reuso de 73% no acumulado de 2017;
- Atualmente, possuímos uma das menores pegadas hídricas na produção de calçados;
- Nosso consumo de água é de aproximadamente 75% para uso humano;
- Temos como meta reutilizar o efluente tratado em 100% até 2020, o que significa zero descarte de efluente;

Abaixo o resultado do indicador de consumo de água potável:

	2015	2016	2017	Var.% 2017/2016
Consumo de água (lt / par)	1,57	1,55	1,37	(11,6%)
Consumo de água (milhares m ³)	259,4	252,9	231,3	(8,5%)

Em 2017, tivemos um aumento de 4,1% de consumo de energia por par produzido;

Eficiência Energética – estamos em busca da menor relação de consumo de energia por par produzido e por carbono equivalente emitido. Entretanto, em virtude do aumento de complexidade de alguns produtos (que depende do mix ofertado) aumentamos o nosso consumo em 6,7 milhões de kWh no ano. Apesar disso as ações de conscientização, indicador diário de eficiência energética com metas para os gestores, projetos de automação e melhorias em equipamentos evitamos, em 2017, um consumo total de 3,7 milhões de kWh que ocorreria se produzíssemos pares desta complexidade com os padrões de consumo do ano anterior.

- Desde 2012, investimos em eficiência energética, com ações que englobaram desde a troca de motores à substituição da iluminação normal por LED. Com estas ações de eficiência energética, reduzimos o consumo de energia elétrica por par de calçado produzido equivalente a 7,8% neste período.
- 85% da energia fornecida para as unidades fabris são de origem renovável e com baixa ou nenhuma emissão de carbono equivalente.

Milhões/kWh - TOTAL	2015	2016	Redução por eficiência	Aumento de consumo	2017	Var.% 2017/2016
Consumo de energia elétrica (MM/kWh)	106,8	99,0	(3,7)	6,7	106,6	7,7%
Consumo de energia (kWh/par)	0,587	0,604	-	-	0,629	4,1%

Relatório da Administração 2017

Em 2017, tivemos um aumento de 4,0% de geração de resíduos por par produzido;

Gestão de Resíduos - geralmente reciclamos 92% do que é gerado, dos quais 97% têm um aproveitamento direto e 3% sofrem algum outro processo antes de serem reutilizados. Também a geração de resíduos por par foi afetada pelo aumento de complexidade de alguns produtos (que depende do mix ofertado).

Contudo algumas ações foram importantes no aspecto de redução de geração de resíduos, o aumento da reciclagem do EVA (tipo de plástico), aumento da reciclagem da borra de tinta e inclusão de novas tecnologias que evitaram a geração de resíduos na fonte, sendo que estas foram responsáveis por aproximadamente a redução de 76.356 kg de resíduos.

Abaixo o resultado do indicador de resíduos gerados por par e números absolutos:

	2015	2016	2017	Var.% 2017/2016
Resíduos (g / par)	10,67	8,92	9,28	4,0%
Redução de resíduos (milhões/kg)	1,8	1,5	1,6	6,7%

No ano de 2017, tivemos 24 auditorias socioambientais em nossas fábricas, realizadas tanto por clientes internacionais quanto nacionais. Em todas elas, fomos aprovados e certificados.



No ano de 2017, como resultado de todas as ações e do cuidado que temos com o meio ambiente, a Grendene obteve a **Recertificação ABVTEX** (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), sendo a primeira Companhia de calçados a receber esse certificado. Essa certificação tem por objetivo permitir ao varejo certificar e monitorar seus fornecedores quanto às práticas de responsabilidade Ambiental, Social e Relações do trabalho.

VII. Recursos Humanos

O desempenho do nosso modelo de negócio passa pela excelência da atuação dos nossos funcionários que, quanto mais alinhados à cultura e aos Valores da empresa, melhor contribuirão para a entrega de resultados consistentes. É esta convicção que move as ações de gestão de recursos humanos da Companhia.

Com a missão de trazer resultados que sustentem a estratégia do negócio, por meio de ações integradas e competitivas de gestão de pessoas, em um ambiente de respeito aos Valores da empresa, o nosso RH está estruturado em subsistemas que direcionam esforços para a formação, desenvolvimento e engajamento das equipes de forma integrada em todas as nossas unidades.

Desenvolver as competências, os conhecimentos e as habilidades dos funcionários é um desafio compartilhado com mais de 500 gestores que, de forma continuada, são capacitados para o exercício da liderança.

O cuidado que temos com a saúde e a segurança dos nossos funcionários ultrapassa o cumprimento de requisitos legais, através de investimentos constantes em tecnologias, maquinários, ações técnicas, administrativas e médicas. Além de atuar por meio de campanhas e ações de conscientização extensivas à comunidade onde a Companhia está inserida.

O investimento em educação é fator de destaque na gestão de recursos humanos da empresa. Prova disso é que, em 2017, remodelamos o nosso processo de educação corporativa que culminou com a inauguração da Universidade Grendene, cujo principal objetivo é o desenvolvimento e instalação das competências empresariais e humanas consideradas críticas para a viabilização das estratégias de negócio.

Como retorno do investimento em pessoas temos a manutenção do baixo *turnover* e do histórico de bons resultados da Companhia.

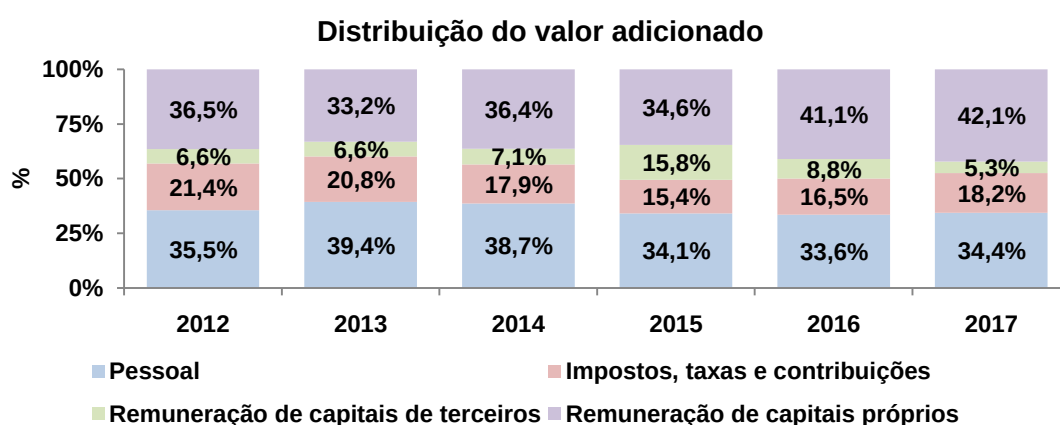
Dados sociais e corporativos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Funcionários (média/ano)	24.084	28.085	26.543	24.176	20.401	20.080
Treinamento (hora/funcionário)	20	32	50	67	79	86
Refeições (ano)	5.955.479	6.867.415	4.990.607	4.815.696	5.046.305	5.247.901
Funcionários com necessidades especiais (ano)	1.016	1.288	1.146	1.088	971	1.012
Assistência odontológica (atendimentos/ano)	20.485	19.875	17.818	17.555	15.391	17.822
Absenteísmo	1,73%	2,08%	2,47%	2,17%	1,88%	1,83%
Turnover (mês)	2,12%	2,00%	1,66%	1,58%	1,72%	1,49%
Cestas básicas distribuídas (unidades/ano)*	292.398	330.814	317.514	290.269	243.229	233.419

(*) A política de distribuição de cestas básicas pela Grendene tem o objetivo de reforçar a segurança alimentar do trabalhador e é adotada desde 1990. Ao longo do tempo procura-se manter o valor nutricional da mesma oferecendo diversas opções de itens. Todos os funcionários e estagiários da Grendene, sem distinção, recebem a mesma após o primeiro mês de trabalho até que deixem a Companhia.

VIII. Demonstração do Valor Adicionado

O valor adicionado, que é um indicador da riqueza agregada à sociedade pela Companhia em sua atividade econômica totalizou R\$1.567,5 milhões (R\$1.543,1 milhões em 2016). O demonstrativo completo faz parte das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhares de reais)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pessoal	416.699	515.243	521.449	531.099	518.382	538.554
Impostos, taxas e contribuições	250.761	271.920	240.918	240.350	254.994	285.628
Remuneração de capitais de terceiros	77.518	86.700	95.615	246.601	135.728	82.396
Remuneração de capitais próprios	429.003	433.540	490.244	539.311	633.955	660.903
Total	1.173.981	1.307.403	1.348.226	1.557.361	1.543.059	1.567.481



IX. Considerações Finais e Perspectivas

Como já dissemos 2018 deverá ser um ano melhor, especialmente no 1º semestre com o prosseguimento da recuperação da economia brasileira e um cenário internacional favorável. Entretanto convém lembrar que o Brasil não resolveu seus graves problemas fiscais e qualquer perturbação na economia internacional, especialmente uma queda mais forte na China ou aumento mais forte nos juros americanos poderão abortar a recuperação doméstica. Acreditamos que o país não está preparado para maiores perturbações no cenário internacional mas ainda temos muita capacidade ociosa no Brasil e elevado desemprego que podem dar combustível para a economia continuar se recuperando.

Na Grendene vamos continuar com a estratégia que vem dando certo ao longo dos anos, tanto nas recessões quanto nos períodos de crescimento.

Há muito tempo percebemos que o design de qualidade com custo acessível é o sonho de consumo da classe média. Nossas marcas e produtos têm se destacado nestes quesitos e proporcionado resultados muito bons.

Entregar valor ao cliente com baixo custo; designers famosos acessíveis a todas as classes; “*Affordable Luxury*” definem a proposta de valor que a Grendene vem entregando aos consumidores de todo mundo. Em 2018 nossa previsão é investir um valor na manutenção de nossa capacidade produtiva: entre R\$110 milhões e R\$120 milhões. É claro que este valor é apenas uma referência e não hesitaremos em investir em boas oportunidades, que neste momento não vislumbramos, se elas aparecerem.

Felizmente, o setor, de calçados deve fortalecer a sua recuperação dentro do quadro econômico mais amplo. Esperamos para 2018 um aumento de consumo no Brasil, em número de pares da ordem de 3% a 5%, mas não temos expectativas concretas de voltar ao volume recorde de pares apresentado em 2014. Seja qual for a situação do mercado buscaremos obter resultados maiores que os do ano passado, como vimos fazendo repetidamente.

Nossa expectativa é que o aumento de margens continuará vindo do aumento na produtividade e racionalização de custos além de um certo aumento de volumes, provavelmente maior que o crescimento do mercado, com algum ganho de *market share*.

No mercado interno o desejo dos consumidores por nossos produtos não diminuiu, e seu poder de compra está se recuperando. Menos endividado e com dinheiro no bolso, o consumidor deve retomar aos poucos seu patamar de consumo atingido em anos passados. Desta forma nosso desafio será continuar a atender às expectativas dos nossos consumidores com produtos que caibam em seu orçamento, ao mesmo tempo, que ofertamos variedade àqueles que demandam novidades. Temos confiança que não vamos decepcioná-los.

Enfrentaremos o cenário que se apresenta como sempre fizemos, com determinação, coragem e lucidez obtendo resultados fortes como é nosso hábito. Devemos reforçar a execução de nossa estratégia em 2018 com especial atenção ao crescimento de *market share* e manutenção de margens, melhorando nossa comunicação com o mercado, entendendo as necessidades dos canais de distribuição, inovando em produtos, reforçando nossas marcas com marketing agressivo através de múltiplas mídias e buscando a excelência na operação através das melhorias contínuas. O objetivo é reforçar nosso relacionamento com os clientes e atender de uma forma cada vez mais focada às suas necessidades. Entendemos que a remuneração dos acionistas depende disto.

Anexo I

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Grendene S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia (controladora) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Relatório de Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Farroupilha, 22 de Fevereiro de 2018.

João Carlos Sfreddo
Conselheiro Fiscal

Eduardo Cozza Magrisso
Conselheiro Fiscal

Herculano Aníbal Alves
Conselheiro Fiscal

Anexo II



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
e 2016.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Grendene S.A.
Sobral – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grendene S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Grendene S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas de venda

A Companhia produz e embarca diariamente grande quantidade de produtos encomendados pelos seus clientes, os quais são agrupados conforme os pedidos e transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Tendo em vista o grande volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações financeiras, a Companhia controla a confirmação da entrega dos produtos para o registro contábil dessas receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional. Esse julgamento profissional pode levar ao risco de reconhecimento antecipado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles chaves implementados pela Companhia sobre a determinação do momento de reconhecimento da receita; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; e (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado.

Adicionalmente realizamos testes de auditoria sobre transações de vendas realizadas no final do exercício visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas, tendo identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno de determinadas receitas e custos reconhecidos antecipadamente pela Companhia durante o período de corte, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As deficiências no desenho dos controles internos relativos ao corte no reconhecimento das receitas que resultaram no ajuste identificado pela auditoria acima mencionado alteraram nossa avaliação quanto a natureza, época e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências de auditoria suficientes e adequadas referentes às receitas da Companhia. Com base nos procedimentos executados

e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Subvenções governamentais para investimentos

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais relativos ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos do Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresa – PROVIN e do Programa de Incentivos às Atividades Industriais e Portuárias do Ceará – PROAPI, sobre suas atividades localizadas no estado do Ceará.

Esses incentivos representam parcela significativa da receita líquida consolidada da Companhia e o seu reconhecimento decorre do cumprimento das condições estabelecidas nos convênios, dentre elas, o atendimento de cláusulas específicas relativas às contrapartidas exigidas e a vigência dos respectivos programas.

Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco de auditoria em função da relevância dos valores dos benefícios fiscais quando comparados com o resultado de suas operações e do rigor necessário ao cumprimento das exigências de cada um dos convênios, além do próprio processo de apuração desses incentivos fiscais, que demandam controles e critérios para o cumprimento das legislações vigentes.

Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) o entendimento e testes nos cálculos para apuração dos benefícios; (ii) a análise da documentação para cumprimento das condições para fruição dos referidos incentivos fiscais; e (iii) a verificação da razoabilidade dos impostos sobre vendas e dos benefícios fiscais reconhecidos na rubrica de receitas, em comparação à receita líquida de vendas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas para reconhecimento e mensuração das subvenções governamentais para investimentos da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios

definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 15 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1-SP 192685/O-9

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.240	8.184	30.119	20.663
Aplicações financeiras					
Títulos ao valor justo por meio do resultado	7	836.254	483.659	836.254	483.659
Títulos mantidos até o vencimento	7	701.223	804.411	701.223	804.411
Contas a receber de clientes	8	857.931	756.360	850.345	760.953
Estoques	9	258.317	236.470	279.267	260.646
Créditos tributários	10	47.553	24.093	50.810	29.347
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.812	3.208	3.841	3.681
Títulos a receber		76.753	84.584	76.828	84.217
Custos e despesas antecipadas		1.380	1.438	4.047	3.677
Outros créditos		14.093	41.129	14.263	41.725
Total do ativo circulante		2.815.556	2.443.536	2.846.997	2.492.979
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras					
Títulos mantidos até o vencimento	7	213.049	280.645	213.049	280.645
Depósitos judiciais		1.244	1.003	1.316	1.073
Créditos tributários	10	782	533	782	533
Créditos em controladas		5.623	4.936	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	54.869	53.993	54.627	53.932
Títulos a receber		150	-	150	-
Despesas antecipadas		-	-	7.033	6.733
		275.717	341.110	276.957	342.916
Investimentos	11	47.181	45.563	412	412
Imobilizado	12	406.950	376.140	422.361	387.071
Intangível	13	27.040	27.474	29.281	30.442
Total do ativo não circulante		756.888	790.287	729.011	760.841
Total do ativo		3.572.444	3.233.823	3.576.008	3.253.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	89.666	62.920	89.666	70.734
Fornecedores		35.387	39.965	36.705	41.369
Obrigações contratuais - Licenciamentos		13.063	12.542	17.618	14.011
Comissões a pagar		41.686	39.087	41.622	39.831
Impostos, taxas e contribuições		37.418	38.035	37.597	38.375
Imposto de renda e contribuição social a pagar		6.402	7.557	6.425	7.560
Salários e encargos a pagar		59.256	50.036	59.942	51.497
Provisão para riscos trabalhistas	15	824	1.932	833	2.485
Provisão para perdas em controlada	11	5.480	19	-	-
Adiantamentos de clientes		31.152	4.182	31.384	4.597
Outras contas a pagar		268	382	282	4.924
Total do passivo circulante		320.602	256.657	322.074	275.383
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	33.961	54.638	33.961	54.638
Provisão para riscos trabalhistas	15	272	530	452	710
Outros débitos		-	-	1.912	1.019
Total do passivo não circulante		34.233	55.168	36.325	56.367
Patrimônio líquido		16			
Capital social		1.231.302	1.231.302	1.231.302	1.231.302
Reservas de capital		8.385	6.480	8.385	6.480
Ações em tesouraria		(134)	(1.169)	(134)	(1.169)
Reservas de lucros		1.965.609	1.682.354	1.965.609	1.682.354
Outros resultados abrangentes		12.447	3.031	12.447	3.031
Total do patrimônio líquido da controladora		3.217.609	2.921.998	3.217.609	2.921.998
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	72
Total do patrimônio líquido		3.217.609	2.921.998	3.217.609	2.922.070
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.572.444	3.233.823	3.576.008	3.253.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	22	2.219.584	2.013.877	2.251.972	2.045.115
Custos dos produtos vendidos	24	(1.143.788)	(1.041.003)	(1.151.216)	(1.048.588)
Lucro bruto		1.075.796	972.874	1.100.756	996.527
Despesas com vendas	24	(477.632)	(442.938)	(525.817)	(490.574)
Despesas gerais e administrativas	24	(84.969)	(83.796)	(91.343)	(97.514)
Outras receitas operacionais	25	16.384	40.322	19.028	44.454
Outras despesas operacionais	25	(32.532)	(22.347)	(37.034)	(53.299)
Provisão para perdas em controlada	11	(5.461)	(19)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(24.821)	(72.844)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos		466.765	391.252	465.590	399.594
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		309.091	394.657	312.528	396.698
Despesas financeiras		(71.968)	(117.234)	(74.026)	(128.180)
		237.123	277.423	238.502	268.518
Lucro antes da tributação		703.888	668.675	704.092	668.112
Imposto de renda e contribuição social	18				
Corrente		(43.835)	(44.671)	(44.106)	(44.713)
Diferido		876	10.488	917	10.556
		(42.959)	(34.183)	(43.189)	(34.157)
Lucro líquido do exercício		660.929	634.492	660.903	633.955
Resultado abrangente total atribuído à:					
Participação dos acionistas da controladora		660.929	634.492	660.929	634.492
Participação de acionistas não controladores		-	-	(26)	(537)
				660.903	633.955
Lucro básico por ação	16.g	2,1985	2,1101	-	-
Lucro diluído por ação	16.g	2,1917	2,1058	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	660.929	634.492	660.903	633.955
Outros resultados abrangentes:				
Itens potencialmente reclassificáveis para a Demonstração de resultado no futuro:				
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	1.642	(11.479)	1.642	(11.016)
Perda na participação de acionistas não controladores	-	-	-	(125)
Perdas cambiais com investimentos	7.774	-	7.774	-
Perda com alienação de investimento	-	-	(46)	-
Resultado abrangente para o exercício, líquido de tributos	670.345	623.013	670.273	622.814
Resultado abrangente total atribuído à:				
Participação dos acionistas da controladora	670.345	623.013	670.345	623.013
Participação de acionistas não controladores	-	-	(72)	(199)
	670.345	623.013	670.273	622.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital		Ações em tesouraria	Reserva de lucros				Resultado abrangente				Total
		Opções outorgadas reconhecidas	Resultado na venda ações em tesouraria		Reserva Legal	Reserva para aquisição de ações	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Participação dos controladores	Participação dos não controladores	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.231.302	5.261	-	(1.052)	109.078	16.118	1.145.378	95.894	-	14.510	2.616.489	271	2.616.760
Total resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	634.492	(11.479)	623.013	(199)	622.814
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	634.492	-	634.492	(537)	633.955
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	11	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.479)	(11.479)	463	(11.016)
Perda na participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(125)	(125)
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	(11.020)	-	-	-	-	-	-	(11.020)	-	(11.020)
Movimentação do plano de opções de compra ou subscrição de ações:													
Opção de ação exercida no exercício	-	-	(10.903)	10.903	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	-	-	6.416	-	-	-	-	-	-	-	6.416	-	6.416
Resultado na venda de ações referente plano de opções de compra ou subscrição de ações	21.b	-	(4.064)	4.487	-	(423)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com plano de opção de compra ou subscrição de ações	21	-	5.283	-	-	-	-	-	-	-	5.283	-	5.283
Destinações propostas:													
Reserva de incentivos fiscais													
Financiamentos – Provin e Proapi	17.a	-	-	-	-	-	188.830	-	(188.830)	-	-	-	-
Imposto de renda	17.c	-	-	-	-	-	75.785	-	(75.785)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	18.494	-	-	-	(18.494)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	16.f	-	-	-	-	-	-	(10.894)	(172.789)	-	(183.683)	-	(183.683)
Dividendo adicional proposto	16.f	-	-	-	-	-	-	18.594	(18.594)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio distribuído	16.f	-	-	-	-	-	-	(85.000)	(30.000)	-	(115.000)	-	(115.000)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	16.f	-	-	-	-	-	-	110.500	(130.000)	-	(19.500)	-	(19.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.231.302	6.480	-	(1.169)	127.572	15.695	1.409.993	129.094	-	3.031	2.921.998	72	2.922.070
Total resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	660.929	9.416	670.345	(72)	670.273
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	660.929	-	660.929	(26)	660.903
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	11	-	-	-	-	-	-	-	-	1.642	1.642	-	1.642
Perdas cambiais com investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.774	7.774	-	7.774
Perda com alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)	(46)
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	(9.837)	-	-	-	-	-	-	(9.837)	-	(9.837)
Movimentação do plano de opções de compra ou subscrição de ações:													
Opção de ação exercida no exercício	-	-	(10.872)	10.872	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	-	-	5.472	-	-	-	-	-	-	-	5.472	-	5.472
Resultado na venda de ações referente plano de opções de compra ou subscrição de ações	21.b	-	(4.463)	5.400	-	(937)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com plano de opção de compra ou subscrição de ações	21	-	6.368	-	-	-	-	-	-	-	6.368	-	6.368
Destinações propostas:													
Reserva de incentivos fiscais													
Financiamentos – Provin e Proapi	17.a	-	-	-	-	-	167.824	-	(167.824)	-	-	-	-
Imposto de renda	17.c	-	-	-	-	-	85.866	-	(85.866)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	20.362	-	-	-	(20.362)	-	-	-	-
Reserva para aquisição de ações	-	-	-	-	-	9.104	-	-	(9.104)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	16.f	-	-	-	-	-	-	(18.594)	(198.143)	-	(216.737)	-	(216.737)
Dividendo adicional proposto	16.f	-	-	-	-	-	-	19.630	(19.630)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio distribuído	16.f	-	-	-	-	-	-	(110.500)	(30.000)	-	(140.500)	-	(140.500)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	16.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.500)	-	(19.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.231.302	8.385	-	(134)	147.934	23.862	1.663.683	130.130	-	12.447	3.217.609	-	3.217.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	660.929	634.492	660.903	633.955
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	24.821	72.844	-	-
Depreciação e amortização	58.592	54.251	60.639	57.878
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(876)	(10.488)	(695)	(10.378)
Perdas cambiais com investimentos	7.774	-	7.774	-
Ganho na venda e baixa de investimento	2.817	(1.504)	-	-
Valor residual da baixa de imobilizado	4.474	4.084	12.322	16.199
Valor residual da baixa de intangível	30	456	37	4.758
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	4.733	-	4.733	-
Provisão para perdas/ Implantação de saldo por reversão	-	-	(3.270)	(11.793)
Plano de opções de compra ou subscrição de ações	6.368	5.283	6.368	5.283
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	3.290	1.923	2.615	1.490
Descontos por pontualidade estimados	2.822	730	2.833	737
Perdas estimadas para estoques obsoletos	1.608	3.605	1.114	3.996
Provisão para riscos trabalhistas	(1.366)	565	(1.910)	312
Provisão para perdas em controlada	5.461	(5.430)	-	-
Despesas de juros de financiamento	2.958	3.967	3.355	9.027
Receita de juros de aplicações financeiras	(163.876)	(204.851)	(163.876)	(204.851)
Variações cambiais, líquidas	4.604	(22.536)	5.139	(30.049)
	625.163	537.391	598.081	476.564
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	(107.683)	73.127	(94.840)	91.811
Estoque	(23.455)	(12.616)	(19.735)	(3.180)
Outras contas a receber	10.221	5.215	11.916	15.767
Fornecedores	(4.578)	1.740	(4.664)	(3.534)
Salários e encargos a pagar	9.220	(447)	8.445	(1.223)
Impostos, taxas e contribuições	(617)	4.007	(778)	2.624
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1.155)	(6.151)	(1.135)	(6.148)
Adiantamentos de clientes	26.970	891	26.787	922
Outras contas a pagar	3.006	(6.984)	1.649	(7.132)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	537.092	596.173	525.726	566.471
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Em investimento	(27.614)	(56.111)	-	-
Em imobilizado	(89.314)	(57.903)	(98.500)	(59.302)
Em intangível	(8.891)	(6.897)	(8.983)	(12.166)
Aplicações financeiras	(3.097.100)	(2.125.588)	(3.097.100)	(2.125.588)
Resgate de aplicações financeiras	2.815.398	1.856.314	2.815.398	1.856.314
Juros recebidos	263.767	166.005	263.767	166.005
Empréstimo para controlada – mútuo	(687)	(4.936)	-	-
Perda com alienação de investimento	-	-	(46)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(144.441)	(229.116)	(125.464)	(174.737)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Captação de empréstimos	307.748	349.822	324.588	531.301
Pagamento de empréstimos	(305.174)	(385.436)	(329.828)	(593.756)
Juros pagos	(4.067)	(5.670)	(4.464)	(11.489)
Dividendos pagos	(216.737)	(183.683)	(216.737)	(183.683)
Juros sobre o capital próprio pagos	(160.000)	(130.000)	(160.000)	(130.000)
Aquisição de ações em tesouraria	(9.837)	(11.020)	(9.837)	(11.020)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	5.472	6.416	5.472	6.416
Perda por aumento de participação societária	-	(5.415)	-	(125)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(382.595)	(364.986)	(390.806)	(392.356)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	10.056	2.071	9.456	(622)
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	8.184	6.113	20.663	21.285
No final do exercício	18.240	8.184	30.119	20.663
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	10.056	2.071	9.456	(622)
Item que não afeta o fluxo de caixa:				
Variação cambial em investimentos	(1.642)	11.479	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de produtos	2.543.503	2.325.840	2.577.140	2.360.146
Outras receitas/despesas	(11.464)	5.908	(16.728)	(6.466)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(3.290)	(1.923)	(3.477)	(1.925)
Provisão para perdas em controlada	(5.461)	(19)	-	-
	<u>2.523.288</u>	<u>2.329.806</u>	<u>2.556.935</u>	<u>2.351.755</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias primas consumidas	(657.097)	(584.992)	(634.555)	(567.323)
Outros custos de produção	(3.533)	(3.394)	(32.469)	(27.403)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(548.168)	(509.894)	(573.062)	(534.334)
Perda e recuperação de valores ativos	(1.608)	(3.605)	1.710	(20.100)
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	(4.733)	-	(4.733)	-
	<u>(1.215.139)</u>	<u>(1.101.885)</u>	<u>(1.243.109)</u>	<u>(1.149.160)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.308.149</u>	<u>1.227.921</u>	<u>1.313.826</u>	<u>1.202.595</u>
Retenções				
Depreciação e amortização	(56.959)	(52.735)	(58.994)	(56.349)
	<u>(56.959)</u>	<u>(52.735)</u>	<u>(58.994)</u>	<u>(56.349)</u>
Valor adicionado líquido	<u>1.251.190</u>	<u>1.175.186</u>	<u>1.254.832</u>	<u>1.146.246</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(24.821)	(72.844)	-	-
Receitas financeiras	309.091	394.657	312.528	396.698
Aluguéis	121	115	121	115
	<u>284.391</u>	<u>321.928</u>	<u>312.649</u>	<u>396.813</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>1.535.581</u>	<u>1.497.114</u>	<u>1.567.481</u>	<u>1.543.059</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	433.397	407.693	445.238	423.705
Benefícios	53.352	51.108	53.553	51.281
FGTS	39.546	43.017	39.763	43.396
	<u>526.295</u>	<u>501.818</u>	<u>538.554</u>	<u>518.382</u>
	34,27%	33,52%	34,36%	33,59%
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	232.368	209.223	234.057	211.054
Estaduais	48.449	41.731	49.096	42.336
Municipais	733	608	2.475	1.604
	<u>281.550</u>	<u>251.562</u>	<u>285.628</u>	<u>254.994</u>
	18,34%	16,80%	18,22%	16,53%
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros, descontos e encargos financeiros	63.698	106.347	65.680	117.213
Aluguéis	3.109	2.895	16.716	18.515
	<u>66.807</u>	<u>109.242</u>	<u>82.396</u>	<u>135.728</u>
	4,35%	7,30%	5,26%	8,80%
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	217.773	191.383	217.773	191.383
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	160.000	160.000	160.000	160.000
Lucros retidos do exercício	283.156	283.109	283.156	283.109
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	(26)	(537)
	<u>660.929</u>	<u>634.492</u>	<u>660.903</u>	<u>633.955</u>
	43,04%	42,38%	42,16%	41,08%
	<u>1.535.581</u>	<u>1.497.114</u>	<u>1.567.481</u>	<u>1.543.059</u>
	100%	100%	100%	100%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Grendene S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Sobral – CE, Brasil. As operações fabris estão concentradas principalmente na matriz, localizada no Município de Sobral, no Estado do Ceará. Possui, ainda, plantas industriais nas cidades de Fortaleza e Crato, no Estado do Ceará, Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia e Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia desenvolve, fabrica, distribui e comercializa calçados para diversas situações de uso e para todas as classes sociais, atuando nos segmentos masculino, feminino, infantil e de consumo de massa.

O setor de calçados, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeiram divulgações ou informações adicionais às notas explicativas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em reunião da diretoria executiva realizada em 21 de fevereiro de 2018, as demonstrações financeiras da Grendene S.A. foram apreciadas, revisadas e autorizadas à emissão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo *IASB* e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

b) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresenta-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros** – Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9, que está em vigor para os períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização do hedge.
- **IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes** – A IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.
- **IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alteração à IFRS 2** – O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

As alterações entraram em vigor para os períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva, e não prevê nenhum impacto significativo destas alterações em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

c) Novas normas contábeis e interpretações ainda não adotadas

Alguns pronunciamentos contábeis (novos ou revisões de pronunciamentos atualmente em vigor) foram revisados pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

IFRS	CPC Correspondente	Vigente em
IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil	CPC 06 (R2)	2019
Interpretação IFRIC 23 Incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	Em elaboração	2019
IFRS 17 Contratos de seguro	Em elaboração	2021

As normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS são efetivas para os exercícios anuais iniciados conforme indicado na tabela acima, e de acordo com avaliação prévia da Companhia não trarão impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

	País - sede	Percentual de participação	
		2017	2016
Participação direta			
Grendene Argentina S.A.	Argentina	-	95,00%
MHL Calçados Ltda.	Brasil	99,998%	99,998%
Grendene USA, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Grendene UK Limited.	Reino Unido	100,00%	100,00%
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Participação indireta			
Grendene New York, L.L.C. (através da Grendene USA, Inc.)	USA	100,00%	100,00%
Grendene Italy, S.R.L. (através da Grendene UK Limited.)	Itália	100,00%	100,00%
Z Plus EUR Company S.R.L. (através da A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.)	Itália	100,00%	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Características principais das entidades incluídas na consolidação:

- **Grendene Argentina S.A.:** suas atividades concentram-se na comercialização de calçados para o abastecimento do mercado argentino. Esta empresa foi alienada, conforme contrato de compra e venda em 09 de junho de 2017.
- **MHL Calçados Ltda.:** suas atividades concentram-se na industrialização e comercialização de calçados.
- **Grendene USA, Inc.:** atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos no mercado norte-americano. É controladora da Grendene New York, L.L.C. empresa sediada nos Estados Unidos que atua no mesmo segmento.
- **Grendene UK Limited.:** atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos. É controladora da Grendene Italy S.R.L. empresa sediada na Itália que atua no mesmo segmento.
- **A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.:** suas atividades concentram-se na industrialização, comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico. É controladora da Z Plus EUR Company S.R.L. empresa sediada na Itália que atua no mesmo segmento.

Não há investimentos em coligadas ou *joint ventures*, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Os exercícios sociais das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) *Receita de venda*

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) *Receita financeira*

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) *Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras*

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira--Continuação

b.2) *Transações denominadas em moeda estrangeira*

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominados nas moedas Dólar Americano, Peso Argentino, Libra Esterlina e Euros são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

c.1) *Ativos financeiros*

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- c) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

c.1) *Ativos financeiros*--Continuação

- d) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias c.1a., c.1b. e c.1c acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os referidos efeitos tributários são registrados em contrapartida ao ativo/passivo diferido de imposto de renda e contribuição social. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e derivativos.

c.2) *Passivos financeiros*

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e comissões a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

c.3) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) *Valor de mercado*

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercado organizado é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Os instrumentos financeiros e seus respectivos valores de mercado estão divulgados na Nota 19.a.

c.5) *Impairment de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

c.6) *Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge*

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção “*Hedge*”, esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção “*hedge accounting*”.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 19.b. A Companhia não opera com derivativos para fins especulativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 6).

e) Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão mensuradas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 4.c.1. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

f) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foram constituídas perdas estimadas em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 180 dias, desconsiderando os que possuem acordos judiciais, extrajudiciais ou garantias.

Os descontos por pontualidade são constituídos no montante estimado de descontos a serem concedidos, sobre as contas a receber de clientes, pelo pagamento das duplicatas no vencimento, sendo sua contrapartida registrada à rubrica de deduções de vendas.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 8.

g) Estoque

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

g) Estoques--Continuação

As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos (bons, porém não mais servíveis para o negócio da Companhia) são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

h) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Na aquisição do investimento, quaisquer diferenças entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida devem ser contabilizados como ágio (*goodwill*).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo imobilizado é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que este valor talvez não seja recuperável. As perdas por *impairment* são reconhecidas quando o valor contábil do ativo for superior ao valor recuperável. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

j) Intangível

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 13.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *goodwill* de aquisição de controlada está registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC).

k) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Tributação

l.1) *Imposto de renda e contribuição social correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

l.2) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

l) Tributação--Continuação

l.2) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*--Continuação

Os tributos diferidos são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os tributos diferidos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) vigentes na data do balanço.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando existir um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, e se estiverem relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

m) Subvenções governamentais para investimentos

Os incentivos fiscais correspondem à: (i) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculado com base no lucro da exploração; e (ii) incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados (Nota 17).

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido. Os valores provenientes de incentivos estaduais poderão ter destinação diversa conforme previsto na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

n) Pagamento baseado em ações

Diretores e Gerentes da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações (outorga de opções de compra de ações), em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

n) Pagamento baseado em ações--Continuação

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza técnicas de precificação e valorização.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa na demonstração do resultado do exercício é registrada em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício, conforme demonstrado na Nota 21.

O efeito das opções em aberto no lucro líquido diluído por ação é demonstrado na Nota 16.g.

o) Informações por segmento

Os segmentos da Companhia e suas controladas são os seguintes: (i) a produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo e (ii) a comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico. As informações por segmento estão divulgadas na Nota 23.

p) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros componentes de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

p) Ajustes a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Áreas que requerem maior nível de julgamento e que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

r) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

s) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

t) Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 – R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. As movimentações relativas a aplicações financeiras são apresentadas nas atividades de investimentos. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

u) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital e/ou reservas de lucros.

5. Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado reduzido dos custos incorridos para realizar a venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam das estimativas de resultado para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Estimativas e premissas contábeis--Continuação

Impostos: As regulamentações tributárias no Brasil são complexas, o que remete a incertezas com relação à interpretação dos mesmos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela Administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis: As avaliações da probabilidade de perdas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; descontos por pontualidade estimados; as perdas estimadas para estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades	3.200	3.433	5.085	6.485
Aplicações financeiras	15.040	4.751	25.034	14.178
	18.240	8.184	30.119	20.663

As disponibilidades são representadas por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

7. Aplicações financeiras

	Controladora / Consolidado	
	2017	2016
Títulos ao valor justo por meio do resultado	836.254	483.659
Títulos mantidos até o vencimento	914.272	1.085.056
	1.750.526	1.568.715
(-) Total do ativo circulante	(1.537.477)	(1.288.070)
Total do ativo não circulante	213.049	280.645

As aplicações financeiras da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Indexador	Rendimento	Controladora / Consolidado	
			2017	2016
Aplicações pós-fixadas	CDI	101,51% e 104,99%	1.456.395	1.048.347
Aplicações pré e pós- fixadas	IPCA +	6,43% a.a.	294.131	336.860
Aplicações pré e pós- fixadas	IGPM +	6,25% a.a.	-	62.688
Aplicações pré-fixadas		14,24% a.a.	-	120.820
			1.750.526	1.568.715

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Debêntures (Operações Compromissadas), Letras Financeiras (LFIN), Títulos do Governo (NTN) e Letra de Arrendamento Mercantil (LAM), e são classificadas em "Títulos ao valor justo por meio do resultado" e "Títulos mantidos até o vencimento", conforme a estratégia de investimentos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos a vencer	870.991	768.592	860.988	768.691
Títulos vencidos até 30 dias	13.776	10.108	13.999	11.394
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	2.827	2.119	3.719	3.193
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	541	1.299	822	1.661
Títulos vencidos há mais de 91 dias	20.685	21.475	22.106	24.310
	908.820	803.593	901.634	809.249
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(10.186)	(6.896)	(10.549)	(7.934)
Descontos por pontualidade estimados	(27.907)	(25.085)	(27.943)	(25.110)
Ajustes a valor presente – AVP	(12.796)	(15.252)	(12.797)	(15.252)
	857.931	756.360	850.345	760.953

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno são de 89 e 90 dias respectivamente, e para o mercado externo são de 75 e 81 dias respectivamente.

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes.

As constituições das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	2017		2016	
	Saldos	Perdas estimadas	Saldos	Perdas estimadas
Títulos a vencer	870.991	-	768.592	-
Títulos vencidos até 30 dias	13.776	-	10.108	-
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	2.827	(4)	2.119	(53)
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	541	(30)	1.299	(106)
Títulos vencidos há mais de 91 dias	20.685	(10.152)	21.475	(6.737)
	908.820	(10.186)	803.593	(6.896)

	Consolidado			
	2017		2016	
	Saldos	Perdas estimadas	Saldos	Perdas estimadas
Títulos a vencer	860.988	-	768.691	-
Títulos vencidos até 30 dias	13.999	-	11.394	-
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	3.719	(4)	3.193	(53)
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	822	(30)	1.661	(106)
Títulos vencidos há mais de 91 dias	22.106	(10.515)	24.310	(7.775)
	901.634	(10.549)	809.249	(7.934)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

As movimentações das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(6.896)	(4.973)	(7.934)	(6.444)
Adições	(11.887)	(9.667)	(12.272)	(9.895)
Realizações	7.647	6.164	7.861	6.280
Reversões	1.285	1.580	2.170	1.700
Variação cambial	(335)	-	(374)	425
Saldo no final do exercício	(10.186)	(6.896)	(10.549)	(7.934)

As movimentações dos descontos por pontualidade estimados estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(25.085)	(24.355)	(25.110)	(24.373)
Adições	(94.773)	(85.518)	(94.897)	(85.621)
Realizações	77.785	68.948	77.901	69.039
Reversões	14.166	15.840	14.163	15.845
Saldo no final do exercício	(27.907)	(25.085)	(27.943)	(25.110)

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Calçados	47.599	46.208	68.242	68.681
Móveis	-	-	-	175
Insumos e componentes	51.880	41.005	51.965	41.179
Matérias primas	72.863	63.584	72.921	63.670
Materiais de embalagem	14.262	12.196	14.279	12.223
Materiais intermediários e diversos	30.124	31.018	30.222	31.118
Mercadoria para revenda	761	1.258	810	1.324
Matrizes e ferramentais	19.698	18.758	19.698	18.758
Adiantamentos a fornecedores	11.606	8.508	11.606	8.508
Importações em andamento	7.792	8.989	7.792	8.989
Estoques em poder de terceiros	15.317	16.923	15.317	18.492
Perdas estimadas para ajuste dos estoques obsoletos	(13.585)	(11.977)	(13.585)	(12.471)
	258.317	236.470	279.267	260.646

As movimentações das perdas estimadas para ajuste dos estoques obsoletos estão demonstradas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9. Estoques--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(11.977)	(8.372)	(12.471)	(8.475)
Adições	(51.233)	(14.935)	(51.233)	(15.601)
Realizações	10.167	3.665	10.688	3.665
Reversões	39.458	7.665	39.458	7.936
Variação cambial	-	-	(27)	4
Saldo no final do exercício	(13.585)	(11.977)	(13.585)	(12.471)

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.

10. Créditos tributários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte	39.981	20.737	40.172	20.940
IPI a recuperar	491	281	728	568
ICMS a recuperar	3.863	3.235	5.860	5.317
PIS a recuperar	51	64	87	122
COFINS a recuperar	236	294	402	559
INSS a recuperar	3.713	15	3.713	29
Impostos a recuperar – Controladas exterior	-	-	892	2.345
Provisão para perdas	-	-	(262)	-
	48.335	24.626	51.592	29.880
(-) Total ativo circulante	(47.553)	(24.093)	(50.810)	(29.347)
Total do ativo não circulante	782	533	782	533

a) Imposto de renda retido na fonte

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

b) ICMS e IPI a recuperar

Os saldos são gerados nas operações comerciais podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c) PIS e COFINS a recuperar

Corresponde ao saldo do PIS e da COFINS, a ser compensado com impostos e contribuições federais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Créditos tributários--Continuação

d) INSS a recuperar

Em 2017, a Companhia contabilizou na demonstração do resultado, o montante de R\$3.698 (outras receitas operacionais o valor de R\$2.832 e em receita financeira o valor de R\$866), referente crédito reconhecido por decisão judicial com trânsito em julgado de processo tributário sobre a não incidência de contribuição previdenciária sobre a receita bruta nas vendas realizadas para a Zona Franca e Área de Livre Comércio. O referido crédito será integralmente compensado no exercício de 2018 com tributos de mesma natureza.

11. Investimentos

a) Composição dos investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empresas controladas	50.707	49.424	-	-
Lucros não realizados em controladas	(3.938)	(4.273)	-	-
Outros investimentos	412	412	412	412
	47.181	45.563	412	412

b) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldos no início do exercício	45.563	66.856	412	412
Adição – Grendene Argentina S.A.	734	8.694	-	-
Aumento de capital de controladas	26.880	47.417	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(24.821)	(72.844)	-	-
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	1.642	(11.479)	-	-
Baixa de diferenças cambiais de controlada – A3NP	(1.231)	1.504	-	-
Ganho por aumento de participação societária	-	5.415	-	-
Alienação de investimento – Grendene Argentina S.A.	(1.586)	-	-	-
Saldos no final do exercício	47.181	45.563	412	412

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Investimentos--Continuação

b) Movimentação dos investimentos--Continuação

Os aumentos de capital de controladas demonstrados no quadro anterior referem-se:

		Moeda estrangeira		Moeda nacional	
		2017	2016	2017	2016
Grendene USA, Inc.	US\$	6.200	3.050	19.850	10.290
Grendene UK Limited.	EUR	1.745	1.680	7.030	8.242
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.		-	-	-	28.885
		7.945	4.730	26.880	47.417

c) Informações financeiras resumidas das controladas diretas e indiretas (consolidadas)

	Grendene Argentina S.A. (*) (***)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (*) (**)		Grendene UK Limited (*) (**)		A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (**)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante	-	9.890	13.823	13.404	27.455	31.268	10.536	8.549	144	2.791
Ativo não circulante	-	222	651	859	16.478	8.446	7.986	8.062	-	3.702
Total do ativo	-	10.112	14.474	14.263	43.933	39.714	18.522	16.611	144	6.493
Passivo circulante	-	8.678	288	382	18.078	15.080	5.755	5.866	10	1.577
Passivo não circulante	-	-	189	180	910	1.018	1.002	-	5.614	4.935
Total do passivo	-	8.678	477	562	18.988	16.098	6.757	5.866	5.624	6.512
Patrimônio líquido das controladas	-	1.434	13.997	13.701	24.945	23.616	11.765	10.745	(5.480)	(19)
Percentual de participação	-	95,00%	99,998%	99,998%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido (investimento)	-	1.362	13.997	13.701	24.945	23.616	11.765	10.745	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Investimentos--Continuação

c) Informações financeiras resumidas das controladas diretas e indireta (consolidadas)--Continuação

	Grendene Argentina S.A. (*) (***)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (*) (**)		Grendene UK Limited (*) (**)		A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (**)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receitas	31	1.785	4.161	3.879	42.780	44.578	17.333	13.542	5.138	1.651
Custos e despesas	(564)	(12.531)	(3.865)	(3.546)	(61.656)	(62.127)	(24.633)	(24.356)	(9.368)	(37.906)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das controladas	(533)	(10.746)	296	333	(18.876)	(17.549)	(7.300)	(10.814)	(4.230)	(36.255)
Percentual de participação	95,00%	95,00%	99,998%	99,998%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Resultado de equivalência patrimonial	(507)	(10.209)	296	333	(18.876)	(17.549)	(7.300)	(10.814)	1.231	(36.236)
Lucros não realizados	-	11	-	-	391	1.594	(56)	26	-	-
Total do resultado de equivalência patrimonial	(507)	(10.198)	296	333	(18.485)	(15.955)	(7.356)	(10.788)	1.231	(36.236)
Perdas com investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.461)	(19)
Caixa líquido das atividades operacionais	-	23.268	583	584	(11.863)	(11.407)	(6.314)	(8.459)	(1.310)	(6.649)
Caixa líquido das atividades de investimento	-	-	(9)	(5)	(9.152)	(1.486)	(116)	(150)	-	(5.027)
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	(23.508)	-	-	19.849	10.290	7.030	8.241	678	12.402
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	-	(240)	574	579	(1.166)	(2.603)	600	(368)	(632)	726

(*) Auditadas por outros auditores independentes.

(**) Valor consolidado da controlada Grendene USA, Inc. e a controlada indireta Grendene New York, L.L.C.; Valor consolidado da controlada Grendene UK Limited. e a controlada indireta Grendene Italy S.R.L.; e Valor consolidado da controlada A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. e a controlada indireta Z Plus EUR Company S.R.L..

(***) Em 27 de abril de 2017, foi aprovada em RCA a alienação da controlada Grendene Argentina S.A. Em 9 de junho de 2017, foi celebrado um contrato de compra e venda de ações, cedendo e transferindo a totalidade de sua participação no capital social da Companhia, pelo preço total justo e acertado de R\$778, gerando, por consequência, uma perda no resultado do exercício de R\$808.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

	Controladora						
	2017						
	Terrenos, prédios, instalações e benfeitorias em prédios locados	Máquinas, equipamentos, ferramentas e peças e conjuntos de reposição	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado							
Saldo no início do exercício	334.594	343.152	24.496	33.137	21.833	5.692	762.904
Aquisições	662	43.780	3.864	4.704	36.237	67	89.314
Baixas	(10)	(11.310)	(337)	(1.473)	(2.326)	(11)	(15.467)
Transferências	14.356	12.111	490	70	(26.561)	(466)	-
Perda por redução ao valor recuperável (**)	(9.682)	-	-	-	-	-	(9.682)
Saldo no final do exercício	339.920	387.733	28.513	36.438	29.183	5.282	827.069
Depreciação acumulada (*)	4%, 10% e 20%	10% e 20%	10%	20%	-	5% e 10%	-
Saldo no início do exercício	(169.107)	(181.308)	(12.427)	(21.244)	-	(2.678)	(386.764)
Depreciação	(17.095)	(25.198)	(2.032)	(4.396)	-	(576)	(49.297)
Baixas	-	9.426	209	1.347	-	11	10.993
Transferências	15	(26)	(19)	4	-	26	-
Perda por redução ao valor recuperável (**)	4.949	-	-	-	-	-	4.949
Saldo no final do exercício	(181.238)	(197.106)	(14.269)	(24.289)	-	(3.217)	(420.119)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2016	165.487	161.844	12.069	11.893	21.833	3.014	376.140
Saldo em 31/12/2017	158.682	190.627	14.244	12.149	29.183	2.065	406.950

	Controladora						
	2016						
	Terrenos, prédios, instalações e benfeitorias em prédios locados	Máquinas, equipamentos, ferramentas e peças e conjuntos de reposição	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado							
Saldo no início do exercício	322.681	326.278	22.867	27.883	15.496	4.847	720.052
Aquisições	263	26.190	1.211	6.263	22.985	991	57.903
Baixas	(598)	(11.097)	(112)	(991)	(2.107)	(146)	(15.051)
Transferências	12.248	1.781	530	(18)	(14.541)	-	-
Saldo no final do exercício	334.594	343.152	24.496	33.137	21.833	5.692	762.904
Depreciação acumulada (*)	4%, 10% e 20%	10% e 20%	10%	20%	-	5% e 10%	-
Saldo no início do exercício	(153.268)	(168.427)	(10.633)	(18.151)	-	(2.206)	(352.685)
Depreciação	(16.084)	(22.503)	(1.866)	(4.022)	-	(571)	(45.046)
Baixas	247	9.628	64	929	-	99	10.967
Transferências	(2)	(6)	8	-	-	-	-
Saldo no final do exercício	(169.107)	(181.308)	(12.427)	(21.244)	-	(2.678)	(386.764)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2015	169.413	157.851	12.234	9.732	15.496	2.641	367.367
Saldo em 31/12/2016	165.487	161.844	12.069	11.893	21.833	3.014	376.140

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

Consolidado							
2017							
	Terrenos, prédios, instalações e benfeitorias em prédios locados	Máquinas, equipamentos, ferramentas e peças e conjuntos de reposição	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado							
Saldo no início do exercício	343.700	345.416	27.567	34.478	21.833	10.163	783.157
Aquisições	8.291	43.781	4.118	6.006	36.237	67	98.500
Baixas	(771)	(11.310)	(1.348)	(1.561)	(2.326)	(8.383)	(25.699)
Transferências	14.356	12.111	490	70	(26.561)	(466)	-
Variação cambial	1.128	-	124	106	-	20	1.378
Provisão para perda	-	-	-	-	-	4.081	4.081
Perda por redução ao valor recuperável (**)	(9.682)	-	-	-	-	-	(9.682)
Saldo no final do exercício	357.022	389.998	30.951	39.099	29.183	5.482	851.735
Depreciação acumulada (*)							
	4%, 10% e 20%	10% e 20%	10%	20%	-	5% e 10%	
Saldo no início do exercício	(171.767)	(183.216)	(14.175)	(22.435)	-	(4.493)	(396.086)
Depreciação	(18.386)	(25.384)	(2.340)	(4.596)	-	(597)	(51.303)
Baixas	214	9.426	653	1.422	-	1.662	13.377
Transferências	15	(26)	(19)	4	-	26	-
Variação cambial	(373)	-	(60)	(40)	-	162	(311)
Perda por redução ao valor recuperável (**)	4.949	-	-	-	-	-	4.949
Saldo no final do exercício	(185.348)	(199.200)	(15.941)	(25.645)	-	(3.240)	(429.374)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2016	171.933	162.200	13.392	12.043	21.833	5.670	387.071
Saldo em 31/12/2017	171.674	190.798	15.010	13.454	29.183	2.242	422.361

Consolidado							
2016							
	Terrenos, prédios, instalações e benfeitorias em prédios locados	Máquinas, equipamentos, ferramentas e peças e conjuntos de reposição	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado							
Saldo no início do exercício	343.752	328.542	25.658	29.431	15.496	4.919	747.798
Implantação de saldo por reversão	4.813	-	1.008	97	-	11.045	16.963
Aquisições	918	26.190	1.469	6.266	22.985	1.474	59.302
Baixas	(14.387)	(11.097)	(498)	(1.046)	(2.107)	(2.356)	(31.491)
Transferências	12.248	1.781	530	(18)	(14.541)	-	-
Variação cambial	(3.644)	-	(600)	(252)	-	(27)	(4.523)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	(4.892)	(4.892)
Saldo no final do exercício	343.700	345.416	27.567	34.478	21.833	10.163	783.157
Depreciação acumulada (*)							
	4%, 10% e 20%	10% e 20%	10%	20%	-	5% e 10%	
Saldo no início do exercício	(159.416)	(170.108)	(12.247)	(19.410)	-	(2.279)	(363.460)
Implantação de saldo por reversão	(64)	-	(196)	(36)	-	(906)	(1.202)
Depreciação	(17.514)	(22.730)	(2.253)	(4.138)	-	(1.479)	(48.114)
Baixas	4.354	9.628	191	948	-	171	15.292
Transferências	(2)	(6)	8	-	-	-	-
Variação cambial	875	-	322	201	-	-	1.398
Saldo no final do exercício	(171.767)	(183.216)	(14.175)	(22.435)	-	(4.493)	(396.086)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2015	184.336	158.434	13.411	10.021	15.496	2.640	384.338
Saldo em 31/12/2016	171.933	162.200	13.392	12.043	21.833	5.670	387.071

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

(*) A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, com base na vida útil estimada.

(**) A Companhia realiza a análise anual de *impairment*, e no exercício de 2017 identificou perda contábil líquida de seus ativos imobilizados no montante de R\$4.733.

Os custos e as despesas de depreciação estão registrados no resultado, líquidas de créditos de PIS/COFINS, conforme demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos dos produtos vendidos	(42.743)	(38.790)	(42.927)	(39.010)
Despesas com vendas	(1.392)	(1.443)	(3.050)	(2.926)
Despesas gerais e administrativas	(3.909)	(3.651)	(4.062)	(5.002)
	(48.044)	(43.884)	(50.039)	(46.938)

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos, conforme descrito na Nota 14.c.

13. Intangível

	Controladora					
	2017					
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Software em desenvolvimento	Total
Custo do intangível						
Saldo no início do exercício	52.819	19.316	4.374	7.992	1.387	85.888
Aquisições	1.402	1.406	-	1.508	4.575	8.891
Baixas	-	(2)	-	-	(28)	(30)
Transferências	79	-	-	-	(79)	-
Saldo no final do exercício	54.300	20.720	4.374	9.500	5.855	94.749
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	
Saldo no início do exercício	(38.318)	(11.968)	(4.194)	(3.934)	-	(58.414)
Amortização	(6.390)	(1.236)	(180)	(1.489)	-	(9.295)
Saldo no final do exercício	(44.708)	(13.204)	(4.374)	(5.423)	-	(67.709)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2016	14.501	7.348	180	4.058	1.387	27.474
Saldo em 31/12/2017	9.592	7.516	-	4.077	5.855	27.040

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Intangível--Continuação

	Controladora					
	2016					
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Software em desenvolvimento	Total
Custo do intangível						
Saldo no início do exercício	49.117	17.444	4.374	6.375	2.137	79.447
Aquisições	1.191	1.879	-	1.617	2.210	6.897
Baixas	(449)	(7)	-	-	-	(456)
Transferências	2.960	-	-	-	(2.960)	-
Saldo no final do exercício	52.819	19.316	4.374	7.992	1.387	85.888
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	
Saldo no início do exercício	(31.957)	(10.833)	(3.779)	(2.640)	-	(49.209)
Amortização	(6.361)	(1.135)	(415)	(1.294)	-	(9.205)
Saldo no final do exercício	(38.318)	(11.968)	(4.194)	(3.934)	-	(58.414)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2015	17.160	6.611	595	3.735	2.137	30.238
Saldo em 31/12/2016	14.501	7.348	180	4.058	1.387	27.474

	Consolidado						
	2017						
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Software em desenvolvimento	Outros	Total
Custo do intangível							
Saldo no início do exercício	53.516	21.578	4.374	7.992	1.387	1.551	90.398
Aquisições	1.494	1.406	-	1.508	4.575	-	8.983
Baixa	(58)	(2)	-	-	(28)	-	(88)
Transferências	79	-	-	-	(79)	-	-
Variação cambial	23	32	-	-	-	-	55
Provisão para perda	-	(125)	-	-	-	(1.551)	(1.676)
Saldo no final do exercício	55.054	22.889	4.374	9.500	5.855	-	97.672
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	-	-
Saldo no início do exercício	(38.980)	(11.983)	(4.194)	(3.934)	-	(865)	(59.956)
Amortização	(6.429)	(1.238)	(180)	(1.489)	-	-	(9.336)
Baixa	51	-	-	-	-	-	51
Variação cambial	(15)	-	-	-	-	-	(15)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	865	865
Saldo no final do exercício	(45.373)	(13.221)	(4.374)	(5.423)	-	-	(68.391)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2016	14.536	9.595	180	4.058	1.387	686	30.442
Saldo em 31/12/2017	9.681	9.668	-	4.077	5.855	-	29.281

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Intangível--Continuação

	Consolidado						
	2016						
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Software em Tecnologia desenvolvimento	Ágio	Outros	Total
Custo do intangível							
Saldo no início do exercício	49.903	19.415	4.374	6.375	2.137	-	82.204
Implantação de saldo por reversão	113	2.194	-	-	-	2.069	12.518
Aquisições	1.191	2.397	-	1.617	2.210	-	12.166
Baixa	(500)	(18)	-	-	(2.069)	(2.196)	(4.783)
Transferências	2.960	-	-	-	(2.960)	-	-
Variação cambial	(151)	(352)	-	-	-	-	(503)
Provisão para perda	-	(2.058)	-	-	-	(9.146)	(11.204)
Saldo no final do exercício	53.516	21.578	4.374	7.992	1.387	-	90.398
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	-	-
Saldo no início do exercício	(32.687)	(10.846)	(3.779)	(2.640)	-	-	(49.952)
Implantação de saldo por reversão	(41)	-	-	-	-	-	(349)
Amortização	(6.402)	(1.137)	(415)	(1.294)	-	-	(9.764)
Baixa	25	-	-	-	-	-	25
Variação cambial	125	-	-	-	-	-	125
Saldo no final do exercício	(38.980)	(11.983)	(4.194)	(3.934)	-	-	(59.956)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2015	17.216	8.569	595	3.735	2.137	-	32.252
Saldo em 31/12/2016	14.536	9.595	180	4.058	1.387	-	30.442

(*) A Companhia amortiza o ativo intangível pelo custo de aquisição.

Os custos e as despesas de amortização estão registrados no resultado, líquidas de créditos de PIS/COFINS, conforme demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos dos produtos vendidos	(4.081)	(3.783)	(4.083)	(3.785)
Despesas com vendas	(1.310)	(1.479)	(1.338)	(1.498)
Despesas gerais e administrativas	(3.524)	(3.589)	(3.534)	(4.128)
	(8.915)	(8.851)	(8.955)	(9.411)

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016, ativos intangíveis gerados internamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora							
			2017			2016		
	Indexador	Taxa de juros (a.a)	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Nacional								
Ativo fixo	Pré-fixado	4,31%	10.834	31.390	42.224	10.841	42.198	53.039
Provin e Proapi	TJLP	-	-	2.571	2.571	1.809	12.440	14.249
			10.834	33.961	44.795	12.650	54.638	67.288
Moeda Estrangeira								
Capital de giro – ACE	Dólar +	2,30% e 3,87%	78.832	-	78.832	50.270	-	50.270
			78.832	-	78.832	50.270	-	50.270
			89.666	33.961	123.627	62.920	54.638	117.558

	Consolidado							
			2017			2016		
	Indexador	Taxa de juros (a.a)	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Nacional								
Ativo fixo	Pré-fixado	4,31%	10.834	31.390	42.224	10.841	42.198	53.039
Provin e Proapi	TJLP	-	-	2.571	2.571	1.809	12.440	14.249
			10.834	33.961	44.795	12.650	54.638	67.288
Moeda Estrangeira								
Capital de giro	Pesos Argentina	27,75%	-	-	-	7.814	-	7.814
Capital de giro – ACE	Dólar +	2,30% e 3,87%	78.832	-	78.832	50.270	-	50.270
			78.832	-	78.832	58.084	-	58.084
			89.666	33.961	123.627	70.734	54.638	125.372

a) Financiamentos – Provin e Proapi

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e pelos produtos exportados (Proapi), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Financiamentos – Provin e Proapi --Continuação

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos são concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento do financiamento a Companhia paga 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado.

b) Cronograma de pagamentos

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo, por ano de vencimento:

Vencimentos	Parcelas de longo prazo				
	2019	2020	2021	2022	Total
Financiamentos bancários	10.708	10.341	10.341	-	31.390
Proapi	-	-	-	2.389	2.389
Provin	-	49	-	133	182
Total	10.708	10.390	10.341	2.522	33.961

c) Garantias

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terrenos e prédios; e c) garantia fidejussória prestada por aval dos acionistas da Companhia. As garantias existentes são pelos valores financiados.

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e ambientais

a) Risco de perda provável – Provisionado

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista e cível. A perda estimada foi provisionada, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis que venham ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas e cíveis está demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e ambientais--
Continuação

a) Risco de perda provável – Provisionado--Continuação

	Controladora			Consolidado		
	2017	2016		2017	2016	
	Trabalhistas	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Trabalhistas	Cíveis
Saldo no início do exercício	2.462	1.897	-	3.195	2.883	-
Adições	1.824	2.376	7.327	1.844	2.812	7.327
Realizações	(2.954)	(1.703)	(7.327)	(3.517)	(1.718)	(7.327)
Reversões	(236)	(108)	-	(237)	(517)	-
Variação cambial	-	-	-	-	(265)	-
Saldo no final do exercício	1.096	2.462	-	1.285	3.195	-
(-) Total do passivo circulante	(824)	(1.932)	-	(833)	(2.485)	-
Total do passivo não circulante	272	530	-	452	710	-

b) Risco de perda possível – Não provisionado

A Companhia tem ações de natureza trabalhista, fiscal, cível e ambiental, envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. A composição e estimativa demonstra-se a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	8.957	6.383	10.120	7.499
Fiscais				
PIS e COFINS	1.050	672	1.050	672
INSS	891	383	891	383
Cíveis (*)	33.280	9.157	33.280	9.157
Ambientais	500	500	500	500
	44.678	17.095	45.841	18.211

(*) A variação decorre: (i) R\$18.000 - ação em andamento movida por representante comercial, reclassificada de perda remota para perda possível, e (ii) R\$6.000 - inclusão de uma ação movida por distribuidor comercial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e ambientais-- Continuação

c) Processos de natureza ativa

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 02 de outubro de 2017 o Supremo Tribunal Federal publicou o acórdão de julgamento que definiu que o ICMS, por não compor faturamento ou receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia pleiteia judicialmente a recuperação de tributos pagos no período de 04/2002 à 03/2017, no montante aproximado de R\$272.000 (o valor poderá sofrer alterações em decorrência dos embargos de declaração por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), oriundo da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, sendo que, de acordo com a avaliação de seus assessores legais, a expectativa de ganho deste pleito é provável. Nenhum ativo será registrado até que se obtenha o trânsito em julgado da ação pela Companhia, como também haja a modulação dos efeitos pelo Supremo Tribunal Federal.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 300.720.000, ações ordinárias, no valor de R\$4,09 cada. As ações representativas do capital social estão compreendidas em classe única quanto à natureza dos direitos de seus possuidores e todas com igual direito a voto, respeitadas as condições legais.

A seguir apresentamos a composição acionária da Companhia:

	Composição acionária			
	2017		2016	
	Ações ON	%	Ações ON	%
Alexandre G. Bartelle Participações S.A.	93.300.012	31,03%	93.300.012	31,03%
Verona Negócios e Participações S.A.	-	-	77.199.988	25,67%
Alexandre Grendene Bartelle	30.597.257	10,17%	31.349.457	10,43%
Pedro Grendene Bartelle	41.770.792	13,89%	4.307.340	1,43%
Maria Cristina Nunes de Camargo	5.841.280	1,94%	5.841.280	1,94%
Giovana Bartelle Veloso	12.377.599	4,12%	2.743.040	0,91%
Pedro Bartelle	12.155.199	4,04%	2.720.640	0,90%
André de Carvalho Bartelle	9.733.759	3,24%	-	-
Gabriella de Carvalho Bartelle	9.637.559	3,20%	-	-
Diretoria e Membros do conselho	732.236	0,25%	731.085	0,24%
Ações em tesouraria	7.543	0,00%	70.300	0,03%
Ações em circulação	84.566.764	28,12%	82.456.858	27,42%
	300.720.000	100,00%	300.720.000	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital

Corresponde ao valor dos planos de opções de compra ou subscrição de ações outorgados pela Companhia a seus administradores, conforme descrito na Nota 21.

c) Ações em tesouraria

Para cumprimento ao plano de opções de compra ou subscrição de ações (Nota 21), foi aprovado o programa de aquisições de 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas através da Ata da 71ª Reunião do Conselho de Administração de 27 de julho de 2017, sem diminuição do capital social. Esta quantidade de ações ordinárias nominativas, correspondem a 2,38% das ações em circulação.

Em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 567/15, o prazo máximo para a liquidação da operação é de 18 meses, contados da aprovação pelo Conselho de Administração.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora	
	Ações Ordinárias	R\$
Saldo no início do exercício	70.300	1.169
Recompras	547.841	9.837
Exercício de opção de compra de ações (Nota 21)	(610.598)	(10.872)
Saldo no final do exercício	7.543	134

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o custo médio de aquisição dessas ações foi de R\$17,96 (R\$17,28 em 2016), sendo o menor valor adquirido R\$17,24 (R\$16,04 em 2016) e o maior valor adquirido R\$18,61 (R\$17,60 em 2016).

d) Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício deduzidos do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social, que totaliza R\$147.934 em 31 de dezembro de 2017 (R\$127.572 em 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reservas de lucros--Continuação

- *Reserva para aquisição de ações*

O saldo de R\$23.862 em 31 de dezembro de 2017 (R\$15.695 em 2016), refere-se a valor retido que tem por finalidade o resgate, a recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do plano de opções de compra ou subscrição de ações da Companhia.

A reserva para aquisição de ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do capital social.

- *Incentivos fiscais*

Os incentivos fiscais constituídos referem-se às subvenções governamentais para investimentos, conforme demonstrado na Nota 17.

	Controladora / Consolidado					
	2017			2016		
	ICMS e Exportação	Imposto de renda	Total Incentivos fiscais	ICMS e Exportação	Imposto de renda	Total Incentivos fiscais
Saldo no início do exercício	909.055	500.938	1.409.993	720.225	425.153	1.145.378
Incentivos fiscais gerados pela operação	167.824	85.866	253.690	188.830	75.785	264.615
Saldo no final do exercício	1.076.879	586.804	1.663.683	909.055	500.938	1.409.993

e) Outros resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Dos lucros auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio--Continuação

	Controladora	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	660.929	634.492
(-) Constituição da reserva legal	(20.362)	(18.494)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(253.690)	(264.615)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao resultado do exercício	386.877	351.383
(-) Reserva para aquisição de ações	(9.104)	-
Base de cálculo dos dividendos referentes ao resultado do exercício	377.773	351.383
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	96.719	87.846
Dividendo proposto em excesso ao mínimo obrigatório	281.054	263.537
Total dos dividendos propostos pela administração	377.773	351.383
Destinação dos proventos propostos		
Dividendos pagos antecipadamente	198.143	172.789
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	160.000	160.000
Saldo de dividendo do exercício	19.630	18.594
	377.773	351.383

Apresentamos nos quadros a seguir, a destinação dos proventos aprovados e propostos pelo Conselho de Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição dos proventos	Controladora			
	2017			
	Data de aprovação	Data de pagamento	Proventos por ação	Valor
Dividendos e JCP intermediários e pagos				
Dividendo	27/04/2017	17/05/2017	0,2297	69.078
Juros sobre o capital próprio	27/04/2017	17/05/2017	0,0998	30.000
Dividendo	27/07/2017	16/08/2017	0,1848	55.584
Dividendo	26/10/2017	22/11/2017	0,2444	73.481
Total de proventos distribuídos antecipadamente				228.143
Dividendos e JCP propostos e não pagos				
Dividendo			0,0653	19.630
Juros sobre o capital próprio			0,4323	130.000
Total dos proventos referente ao exercício de 2017				377.773

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio--Continuação

Descrição dos proventos	Controladora			
	2016			
	Data de aprovação	Data de pagamento	Proventos por ação	Valor
Dividendo	28/04/2016	18/05/2016	0,1702	51.191
Juros sobre o capital próprio	28/04/2016	18/05/2016	0,0998	30.000
Dividendo	28/07/2016	17/08/2016	0,1513	45.505
Dividendo	20/10/2016	16/11/2016	0,2530	76.093
Dividendo	16/02/2017	26/04/2017	0,0618	18.594
Juros sobre o capital próprio	16/02/2017	26/04/2017	0,4324	130.000
Total dos proventos referente ao exercício de 2016				<u>351.383</u>

Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos e não pagos estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) vigente no exercício, como pagamento de dividendos. Os juros sobre o capital próprio estão demonstrados no patrimônio líquido.

g) Lucro por ação

A reconciliação do lucro líquido aos montantes utilizados para calcular o lucro básico e diluído por ação (em milhares de reais, exceto valor por ação), está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício	660.929	634.492
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	300.720.000	300.720.000
Média ponderada do número de ações ordinárias em tesouraria	(98.797)	(20.513)
	<u>300.621.203</u>	<u>300.699.487</u>
Lucro básico por ação ordinária	<u>2,1985</u>	<u>2,1101</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	300.621.203	300.699.487
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções de compra ou subscrição de ações	940.438	609.745
	<u>301.561.641</u>	<u>301.309.232</u>
Lucro diluído por ação ordinária	<u>2,1917</u>	<u>2,1058</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Subvenções governamentais para investimentos

a) Incentivos – Provin e Proapi

Provin – Programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI) o qual consiste no diferimento equivalente a 81% do valor do ICMS efetivamente recolhido, incidente sobre a sua produção própria. Do valor de cada parcela do benefício, o equivalente a 1% será pago de uma só vez, no último dia do mês de vencimento, após 60 meses e será devidamente corrigida, desde a data do desembolso até a data de vencimento, pela aplicação da TJLP.

Prazos de vencimentos deste benefício					
Unidades industriais	Incentivo	%	Prazos de vencimentos	%	Prazos de vencimentos
Sobral – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Fev/2019	75%	Mar/2019 até Abr/2025
Crato – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Set/2022	75%	Out/2022 até Abr/2025
Fortaleza – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Abr/2025		

Proapi – Programa de incentivos às atividades portuárias e industriais do Ceará, consiste no financiamento para empresas industriais predominantemente exportadoras de calçados de componentes de calçados e de artefatos e peles e couro exceto em “wet blue”, sediadas no Estado, através da utilização dos recursos decorrentes dos retornos das operações do FDI, enquanto não creditadas à conta do tesouro do Estado (Nota 14).

Prazo de vencimento deste benefício		
Unidade industrial	Incentivo	Prazo de vencimento
Sobral – CE	PROAPI - EXPORTAÇÃO	Até Mar/2017

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrado no resultado da Companhia o valor de R\$167.824 (R\$188.830 em 2016) relativo às parcelas incentivadas desses incentivos, no grupo de receita líquida de vendas, conforme demonstrado na Nota 22. Esses valores foram destinados para reserva de lucros à conta de “Incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado no seu ativo como títulos a receber, o valor de R\$70.502 (R\$80.795 em 2016), referente ao incentivo Proapi.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Subvenções governamentais para investimentos--Continuação

b) Incentivos – Procomex e Probahia

Procomex – Programa de incentivo ao comércio exterior, com a finalidade de estimular as exportações de produtos fabricados no Estado da Bahia e o financiamento do imposto incidente na importação de produtos destinados à comercialização e industrialização promovidas por novas indústrias instaladas no estado. A Controlada MHL Calçados Ltda. possui crédito fiscal de ICMS equivalente a 11% do valor FOB das operações de exportação de calçados, e seus componentes. O incentivo é válido até dezembro de 2021.

Probahia – Programa de promoção de desenvolvimento da Bahia, com finalidade de promover a diversificação, estimular a transformação e os processos industriais do estado.

A Controlada MHL Calçados Ltda. possui crédito fiscal de ICMS em 90% do imposto incidente, nas operações de saídas de calçados e seus componentes e diferimento do ICMS pago relativo ao diferencial de alíquota pela aquisição de imobilizado e nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes. O incentivo é válido até novembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrado no resultado da controlada o valor de R\$142 (R\$121 em 2016) relativo às parcelas incentivadas desses incentivos, no grupo de receita líquida de vendas, conforme demonstrado na Nota 22. Esses valores foram destinados para reserva de lucros à conta de “Incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

c) Incentivo de Imposto de Renda

A Companhia e sua controlada MHL Calçados Ltda. são beneficiárias de incentivo de redução de 75% do imposto de renda calculado com base no lucro de exploração, nas unidades industriais sediadas na área de atuação da SUDENE.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrado no resultado da Companhia o valor de R\$85.866 (R\$75.785 em 2016) relativo à parcela incentivada desse incentivo, no grupo do imposto de renda, conforme demonstrado na Nota 18. Esses valores foram destinados para reserva de lucros à conta de “Incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Subvenções governamentais para investimentos--Continuação

c) Incentivo de Imposto de Renda--Continuação

Prazos de vencimentos deste benefício		
Unidades industriais	% Redução do imposto	Prazos de vencimentos
Sobral – CE	75%	Até Dez/2022
	75%	Até Dez/2023
Fortaleza – CE	75%	Até Dez/2020
Crato – CE	75%	Até Dez/2026
Teixeira de Freitas – BA	75%	Até Dez/2017

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores devidos do imposto de renda e contribuição social correntes registrados na despesa dos exercícios, líquido dos incentivos fiscais, estão demonstrados a seguir:

Controladora						
2017			2016			
Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Valor devido	(93.970)	(35.731)	(129.701)	(86.785)	(33.671)	(120.456)
Incentivos fiscais	85.866	-	85.866	75.785	-	75.785
	(8.104)	(35.731)	(43.835)	(11.000)	(33.671)	(44.671)
Consolidado						
2017			2016			
Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Valor devido	(94.229)	(35.743)	(129.972)	(86.810)	(33.688)	(120.498)
Incentivos fiscais	85.866	-	85.866	75.785	-	75.785
	(8.363)	(35.743)	(44.106)	(11.025)	(33.688)	(44.713)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda				
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	690	485	690	771
Descontos por pontualidade estimados	1.744	1.568	1.746	1.569
Ajustes a valor presente – AVP	800	953	800	953
Perdas estimadas para ajuste dos estoques obsoletos	849	749	849	749
Provisão para riscos trabalhistas	69	154	80	352
Prejuízo fiscal em controladas	-	-	131	135
Operações de hedge	(25)	(162)	(25)	(162)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	32.500	32.500	32.500	32.500
Outros	246	267	2	(247)
	36.873	36.514	36.773	36.620
Contribuição social				
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	994	698	994	698
Descontos por pontualidade estimados	2.511	2.258	2.515	2.260
Ajustes a valor presente – AVP	1.152	1.373	1.152	1.373
Perdas estimadas para ajuste dos estoques obsoletos	1.223	1.078	1.223	1.078
Provisão para riscos trabalhistas	99	221	116	240
Prejuízo fiscal em controladas	-	-	189	194
Operações de hedge	(37)	(233)	(37)	(233)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	11.700	11.700	11.700	11.700
Outros	354	384	2	2
	17.996	17.479	17.854	17.312
Total ativo não circulante	54.869	53.993	54.627	53.932

c) Movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	53.993	43.505	53.932	43.554
Tributos gerados no resultado do exercício	876	10.488	917	10.556
Tributos gerados no patrimônio líquido	-	-	(222)	(178)
Saldo no final do exercício	54.869	53.993	54.627	53.932

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	Controladora			
	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	703.888	703.888	668.675	668.675
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(175.972)	(63.350)	(167.169)	(60.181)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.289)	(2.264)	(21.489)	(7.736)
Custos e despesas não dedutíveis	(1.917)	(690)	(1.092)	(393)
Ajustes a valor presente – AVP	460	-	(643)	-
Plano de opções de ações	(1.592)	(573)	(1.321)	(476)
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	-	-	2.870	1.033
Operações de hedge	(409)	-	1.261	-
Lucro não realizado nos estoques	63	-	306	-
Reintegra	2.815	1.013	129	47
Incentivos fiscais estaduais	41.956	15.104	47.208	16.995
Incentivo à inovação tecnológica	8.182	2.946	7.817	2.369
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (PAT)	2.382	-	2.215	-
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lei Rouanet/ Funcrância/ Audiovisual/Desporto/ Fundo Idoso)	2.878	-	3.271	-
Provisão para perdas em controlada	(1.365)	(491)	6.995	2.518
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	40.000	14.400	40.000	14.400
Perdas cambiais com investimentos	(2.251)	(810)	-	-
Perda com alienação de investimento	(202)	(73)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	(1.183)	(426)	-	-
Outros	(1.167)	-	475	623
Valor antes da dedução do incentivo fiscal IRPJ	(93.611)	(35.214)	(79.167)	(30.801)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	85.866	-	75.785	-
Valor registrado no resultado	(7.745)	(35.214)	(3.382)	(30.801)
Total de tributos registrados ao resultado	(42.959)		(34.183)	
Tributos correntes	(43.835)		(44.671)	
Tributos diferidos	876		10.488	
Alíquota efetiva	6,1%		5,1%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais--Continuação

	Consolidado			
	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	704.092	704.092	668.112	668.112
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(176.023)	(63.368)	(167.028)	(60.130)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Custos e despesas não dedutíveis	(1.917)	(690)	(1.093)	(394)
Ajustes a valor presente – AVP	460	-	(643)	-
Plano de opções de ações	(1.592)	(573)	(1.321)	(476)
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	-	-	2.870	1.033
Operações de hedge	(409)	-	1.261	-
Lucro não realizado nos estoques	63	-	306	-
Reintegra	2.815	1.013	129	47
Incentivos fiscais estaduais	41.992	15.117	47.238	17.006
Incentivo à inovação tecnológica	8.182	2.946	7.817	2.369
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (PAT)	2.383	-	2.216	-
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lei Rouanet/ Funcriança/ Audiovisual/ Desporto/ Fundo Idoso)	2.878	-	3.271	-
Provisão para perdas em controlada	(1.365)	(491)	6.995	2.518
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	40.000	14.400	40.000	14.400
Perdas cambiais com investimentos	(2.251)	(810)	-	-
Perda com alienação de investimento	(202)	(73)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	(1.183)	(426)	-	-
Outros / Provisões	(7.685)	(2.246)	(21.281)	(7.052)
Valor antes da dedução do incentivo fiscal IRPJ	(93.854)	(35.201)	(79.263)	(30.679)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	85.866	-	75.785	-
Valor registrado no resultado	(7.988)	(35.201)	(3.478)	(30.679)
Total de tributos registrados ao resultado	(43.189)		(34.157)	
Tributos correntes	(44.106)		(44.713)	
Tributos diferidos	917		10.556	
Alíquota efetiva	6,1%		5,1%	

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos Financeiros

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificadas na categoria “empréstimos e recebíveis” e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- Aplicações financeiras – as aplicações classificadas nas categorias “investimentos mantidos até o vencimento”, que são mensuradas ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros e as aplicações classificadas como “ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado” que são mensuradas ao seu valor justo.
- Contas a receber de clientes – são classificadas na categoria “empréstimos e recebíveis” e decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas, descontos por pontualidade estimados e ajustes a valor presente.
- Fornecedores e comissões a pagar – são classificados na categoria “passivos mensurados pelo custo amortizado” e decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos – são classificados na categoria “passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos se aproximam aos seus valores contábeis na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	18.240	8.184	30.119	20.663
Aplicações financeiras (*)	1.750.526	1.568.715	1.750.526	1.568.715
Contas a receber de clientes	857.931	756.360	850.345	760.953
Derivativos	407	2.586	407	2.586
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	123.627	117.558	123.627	125.372
Fornecedores	35.387	39.965	36.705	41.369
Comissões a pagar	41.686	39.087	41.622	39.831

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos Financeiros--Continuação

(*) A Companhia mensura seus instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 40 – R1 (IFRS 7) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, e de acordo com o nível 1 de hierarquia.

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 4.c.4.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

b.1) *Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais*

A estratégia de contratação destas operações tem como objetivo a proteção das receitas de vendas e ativos financeiros da Companhia e de suas controladas sujeitas à exposição cambial. Estes instrumentos são utilizados com a finalidade específica de proteção, cujo portfólio consiste, na venda de dólares dos Estados Unidos futuro, mediante instrumentos financeiros destinados a este fim, tais como: contrato de venda na BM&F e ACE (Adiantamentos de cambiais entregues).

Nas operações de contrato de venda na BM&F o impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas ocorre mediante a apuração de ajustes da cotação do dólar dos Estados Unidos até a liquidação dos contratos.

Para reduzir a exposição cambial líquida de seus negócios os gestores poderão negociar contratos futuros de vendas de USD na BM&F até o limite máximo dado pela soma dos seguintes itens: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber (denominados em USD) de câmbios a contratar; (iv) até 25% das projeções de exportações anuais equivalente a aproximadamente 90 dias de exportações previstas (normalmente correspondente a pedidos em carteira e negociações de vendas em andamento), menos (i) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira (ii) importações em andamento e (iii) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio). Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

b) Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação

b.1) *Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais*--Continuação

Não é permitida a utilização de outras formas de proteção cambial sem expressa autorização dos administradores da Companhia. Até o presente momento, a Companhia não autorizou a utilização de outras formas de proteção cambial diferentes das relatadas no parágrafo anterior.

As operações de proteção cambial são usualmente efetuadas junto à BM&F através de corretoras especializadas, realizadas sem margeamento. O valor da garantia é de R\$52.236 em 31 de dezembro de 2017 (R\$51.362 em 2016), normalmente constituído por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

No quadro abaixo são demonstradas as posições verificadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com os valores nominais e de mercado, os quais foram apurados conforme descrito na Nota 4.c.1 e 4.c.2.

	Valor de referência (notional) – US\$		Valor de referência – R\$		Saldo a Receber (Pagar)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos futuros						
Compromisso de venda	64.500	73.500	213.864	240.947	407	2.586

É importante salientar que estas operações estão associadas ao recebimento das vendas e a ativos financeiros em moeda estrangeira, os quais estão igualmente relacionados à variação da cotação do câmbio, compensando eventuais ganhos ou perdas apuradas. O saldo a receber apresentado em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$407 (R\$2.586 em 2016), está classificado na conta de títulos a receber.

c) Gerenciamento de Riscos

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*

Os principais passivos financeiros da Companhia, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, são compostos por empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. A Companhia possui outros créditos, contas a receber, disponibilidades e investimentos de curto prazo que são obtidos diretamente de suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*--Continuação

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio e risco de preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, depósitos, títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

a) Risco de crédito:

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito pela possibilidade de não receber valores decorrentes do contas a receber de clientes ou de créditos junto a instituições financeiras.

A gestão de riscos da Companhia e de suas controladas adotam as seguintes práticas: (i) análise de créditos concedidos a clientes e estabelecimento de limite de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016; e (ii) seletividade das instituições financeiras, que são considerados pelo mercado como de primeira linha (10 maiores bancos por ativo do país) e diversificação de instrumentos financeiros de aplicações de recursos da empresa, que estão aplicados a uma cesta de indicadores composta por CDI, Taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*--Continuação

b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. O quadro a seguir demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora					
	2017			2016		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	10.834	31.390	42.224	10.841	42.198	53.039
Capital de giro e ACE	78.832	-	78.832	50.270	-	50.270
Financiamentos – Proapi e Provin	-	2.571	2.571	1.809	12.440	14.249
	89.666	33.961	123.627	62.920	54.638	117.558

	Consolidado					
	2017			2016		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	10.834	31.390	42.224	10.841	42.198	53.039
Capital de giro e ACE	78.832	-	78.832	58.084	-	58.084
Financiamentos – Proapi e Provin	-	2.571	2.571	1.809	12.440	14.249
	89.666	33.961	123.627	70.734	54.638	125.372

	Controladora					
	2017			2016		
	Projeção incluindo juros futuros			Projeção incluindo juros futuros		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	12.363	33.577	45.940	12.815	45.697	58.512
Capital de giro e ACE	79.531	-	79.531	50.865	-	50.865
Financiamentos – Proapi e Provin	-	3.241	3.241	1.871	15.433	17.304
	91.894	36.818	128.712	65.551	61.130	126.681

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*--Continuação

b) Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado					
	2017			2016		
	Projeção incluindo juros futuros			Projeção incluindo juros futuros		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	12.363	33.577	45.940	12.815	45.697	58.512
Capital de giro e ACE	79.531	-	79.531	58.956	-	58.956
Financiamentos – Proapi e Provin	-	3.241	3.241	1.871	15.433	17.304
	91.894	36.818	128.712	73.642	61.130	134.772

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados a uma cesta de indicadores como CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou o ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além de contas a receber de clientes originado por exportações a partir do Brasil, aplicações financeiras e investimentos no exterior se constituem um hedge natural, para proteger a Companhia das oscilações cambiais. Para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia e suas controladas avaliam sua exposição cambial e contratam, se necessário, instrumento financeiro derivativo adicional, como forma de proteção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui adiantamentos de contrato de exportação de US\$23.835 mil (US\$15.427 mil em 2016), o qual é compatível com as vendas programadas para o mercado externo no vencimento dos contratos. Não há outros financiamentos e empréstimos contratados ou indexados a qualquer moeda estrangeira.

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria prima, a Companhia poderá ter seus custos dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços internacionais destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais.

c.2) *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2017 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes de 25% e 50% para aplicações financeiras e crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e resgates de aplicações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, IGPM e CDI.

No quadro a seguir são apresentadas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2017, com os valores nominais e juros de cada instrumento contratado, a saber:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.2) *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros--Continuação*

	Determinação das receitas financeiras		Aumento das despesas financeiras		
	Referência para receitas financeiras	Juros aplicações financeiras	Referência para passivo financeiro	Encargos de financiamento Proapi e Provin	
	CDI %	IPCA	TJLP		
Cenário Provável – Valor contábil	6,99%	2,80%	60.979	7,00%	180
Cenário Possível – 25%	5,24%	2,10%	49.820	8,75%	225
Cenário Remoto – 50%	3,49%	1,40%	38.591	10,50%	270

c.3) *Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos contratados*

c.3.1) Instrumentos de proteção cambial

A Companhia projetou o impacto das operações destinadas à proteção de taxa de câmbio em 3 (três cenários), considerando que as operações seriam liquidadas, na posição com vencimento em 31 de janeiro de 2018, conforme demonstrado a seguir:

	Valores de referência			
	Posição vendida em US\$	Cotação do dólar – R\$	Valor – R\$	Impacto – R\$
Cenário Provável – Valor contábil	64.500	3,3157	213.864	407
Cenário Possível – 25%	64.500	4,1447	267.333	(53.469)
Cenário Remoto – 50%	64.500	4,9736	320.797	(106.933)

c.4) *Gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

A política de dividendos da Companhia pode incluir os incentivos fiscais relacionados aos programas Proapi e Proapi na base de cálculo dos dividendos, desde que não haja impacto nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia. Não houve impactos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.4) Gestão de capital--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	123.627	117.558	123.627	125.372
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	(18.240)	(8.184)	(30.119)	(20.663)
Dívida líquida	105.387	109.374	93.508	104.709
Patrimônio líquido	3.217.609	2.921.998	3.217.609	2.922.070
Índice de alavancagem financeira	3,3%	3,7%	2,9%	3,6%

20. Saldos e transações com partes relacionadas

Durante os exercícios, a Companhia praticou as seguintes transações com as partes relacionadas:

a) Montantes dos saldos e transações a receber e a pagar – Empresas relacionadas

	Controladora							
	Saldos				Transações			
	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Contas a receber por vendas	Contas a pagar	Vendas de produtos	Compras de produtos e serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladas diretas								
Grendene Argentina S.A.								
Saldo 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	39	88
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	745	701
MHL Calçados Ltda.								
Saldo 31/12/2017	9	9	21	-	1.024	35	-	-
Saldo 31/12/2016	-	3	62	-	865	8	-	-
Grendene USA, Inc.								
Saldo 31/12/2017	-	-	12.621	537	17.983	1.082	1.339	1.122
Saldo 31/12/2016	-	-	9.311	333	14.641	1.025	1.666	4.536
Grendene UK Limited.								
Saldo 31/12/2017	-	-	849	-	1.195	-	1.150	1.142
Saldo 31/12/2016	-	-	395	-	953	-	1.959	2.086
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.								
Saldo 31/12/2017	5.614	5.480	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2016	5.349	19	-	-	-	-	2.508	(237)
Controlada indireta								
Grendene Italy SRL.								
Saldo 31/12/2017	-	-	3.287	-	3.664	-	212	313
Saldo 31/12/2016	-	-	2.969	-	2.697	-	367	896

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

a) Montantes dos saldos e transações a receber e a pagar – Empresas relacionadas--Continuação

	Controladora/Consolidado							
	Saldos				Transações			
	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Contas a receber por vendas	Contas a pagar	Vendas de produtos	Compras de produtos e serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladas por acionistas da Grendene S.A.								
VulcabrásJazaleia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.								
Saldo 31/12/2017	-	-	-	-	69	2	-	-
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	-	3	-	-
VulcabrásJazaleia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.								
Saldo 31/12/2017	-	-	-	-	1.291	-	-	-
VulcabrásJazaleia Argentina S.A.								
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	-	592	-	-
Vulcabrás Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.								
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	5	-	-	-
Lagoa Clara Agrícola S.A.								
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	-	8	-	-

b) Natureza, termos e condições das transações

Partes relacionadas	Natureza das transações	Prazos médios
Controladas diretas		
Grendene Argentina S.A.	Venda de calçados	96 dias
MHL Calçados Ltda.	Venda de insumos utilizados na produção de calçados	37 dias
	Compra de insumos utilizados na produção de calçados	55 dias
Grendene USA, Inc.	Venda de calçados	199 dias
	Compras de serviços referentes comissões	11 dias
Grendene UK Limited.	Venda de calçados	197 dias
Controlada indireta		
Grendene Italy S.R.L.	Venda de calçados	258 dias
Controladas por acionistas da Grendene S.A.		
VulcabrásJazaleia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Venda de insumos e matrizes utilizados na produção de calçados	32 dias
	Compras de serviços referentes comissões	11 dias
	Licença de uso de marca	83 dias
	Indenizações a representantes	2 dias
VulcabrásJazaleia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Venda de matrizes utilizadas na produção de calçados	33 dias
Vulcabrás Azaleia Argentina S.A.	Compra de produtos e serviços com a Controlada Grendene Argentina	1 dia
Vulcabrás Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Venda de calçados	85 dias
Lagoa Clara Agrícola S.A.	Compra de imobilizado	1 dia

A Companhia Alexandre G. Bartelle Participações S.A. é controladora da Grendene S.A.. Não há outras transações, exceto dividendos pagos, entre a Companhia e sua controladora, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Remuneração da administração chave

As despesas com salários e encargos sociais, pagas às pessoas chaves estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Conselho da administração	1.116	1.056
Conselho fiscal	428	401
Diretoria estatutária	4.159	3.915
	5.703	5.372

Como remuneração variável a Companhia possui um plano de opções de compra ou subscrição de ações conforme transcrito na Nota 21, tendo reconhecido como despesa o valor correspondente ao prêmio da opção em 31 de dezembro de 2017 de R\$6.368 (R\$5.283 em 2016).

A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós emprego.

d) Outras partes relacionadas

A Companhia utiliza serviços de assessoria e agenciamento de viagens aéreas de empresas pertencentes à parte relacionada, conforme demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Dall'Onder Viagens & Turismo Ltda.	479	413
Mailson da Nóbrega Consultoria S/C Ltda.	72	66
Ochman, Real Amadeo Advogados Associados	98	54
	649	533

As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições comutativas e de acordo com os critérios de avaliação e seleção de fornecedores. Os valores gastos com estes serviços representaram aproximadamente 0,04% das despesas gerais da Companhia. Não existem saldos pendentes a pagar em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Plano de opções de compra ou subscrição de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o “Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações”, a vigorar a partir de 14 de Abril de 2008, para diretores e gerentes da Companhia, exceto diretores controladores. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, ao Comitê criado em 12 de fevereiro de 2015, conforme ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração.

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Opções estão limitadas a 5% do capital social da Companhia. As ações a serem entregues como resultados do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais.

Os beneficiários do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 6 anos contados da data de outorga. O período de carência (*vesting*) será de até 3 anos, com liberações de 33% a partir do primeiro aniversário, 66% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$6.368 (R\$5.283 em 2016) como despesa com pessoal por meio de opções de compras de ações, com base no valor justo das operações na data de concessão das mesmas.

a) Resumo de outorga de opções de compra ou subscrição de ações

A composição das opções outorgadas e as movimentações ocorridas são demonstradas a seguir:

2017								
Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	8.049	-	(8.049)	-	-
13/02/2014	9,84	13/02/2017	370.158	112.904	-	(112.904)	-	-
12/02/2015	8,42	12/02/2017	431.036	202.828	-	(199.792)	(3.036)	-
12/02/2015	8,42	12/02/2018	646.554	202.828	-	-	(10.833)	191.995
25/02/2016	7,80	25/02/2017	297.282	294.360	-	(289.853)	(4.507)	-
25/02/2016	7,80	25/02/2018	594.564	294.360	-	-	(15.735)	278.625
25/02/2016	7,80	25/02/2019	891.846	294.360	-	-	(15.735)	278.625
16/02/2017	8,99	16/02/2018	242.384	-	242.384	-	(10.008)	232.376
16/02/2017	8,99	16/02/2019	484.768	-	242.384	-	(10.008)	232.376
16/02/2017	8,99	16/02/2020	727.152	-	242.384	-	(10.008)	232.376
				1.409.689	727.152	(610.598)	(79.870)	1.446.373

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

a) Resumo de outorga de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

2016									
Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Antecipação do prazo de carência	Saldo final
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	5.956	-	(5.956)	-	-	-
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	5.956	-	(5.956)	-	-	-
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	53.114	-	(45.065)	-	-	8.049
28/02/2013	9,55	28/02/2016	795.549	240.561	-	(240.561)	-	-	-
13/02/2014	9,84	13/02/2016	246.772	117.371	-	(119.080)	-	1.709	-
13/02/2014	9,84	13/02/2017	370.158	117.371	-	-	(2.758)	(1.709)	112.904
12/02/2015	8,42	12/02/2016	215.518	210.298	-	(215.948)	-	5.650	-
12/02/2015	8,42	12/02/2017	431.036	210.298	-	-	(4.645)	(2.825)	202.828
12/02/2015	8,42	12/02/2018	646.554	210.298	-	-	(4.645)	(2.825)	202.828
25/02/2016	7,80	25/02/2017	297.282	-	297.282	-	(2.922)	-	294.360
25/02/2016	7,80	25/02/2018	594.564	-	297.282	-	(2.922)	-	294.360
25/02/2016	7,80	25/02/2019	891.846	-	297.282	-	(2.922)	-	294.360
				1.171.223	891.846	(632.566)	(20.814)	-	1.409.689

O valor justo das opções é calculado na data da outorga dos planos, e não é remensurado posteriormente, devido à liquidação do plano ser feita por meio de instrumentos patrimoniais, como descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações. Por isso, a Companhia fica sujeita à variação do preço da ação no mercado quando do exercício das opções por parte dos beneficiários dos planos.

Em 2017, a Companhia adquiriu, para cumprimento dos planos de exercício de opção de compra de ações, 547.841 ações, a um custo médio de R\$17,96 totalizando R\$9.837. No primeiro trimestre de 2017 foram exercidas 610.598 ações, a um custo médio de R\$17,80, totalizando um montante de R\$10.872.

Em 2017, a Companhia reconheceu a diferença entre o preço médio de exercício das opções e o custo médio das ações adquiridas para cumprimento destes exercícios, no valor de R\$937, diretamente no patrimônio líquido, uma vez que a liquidação das opções dos planos ocorre com instrumentos patrimoniais, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações.

b) Movimentação das operações ou subscrição de ações

A movimentação das operações de alienação, cancelamentos e aquisições ocorridas no exercício, decorrentes das operações com opções, está demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

b) Movimentação das operações ou subscrição de ações--Continuação

Plano	Movimentação	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade de ações	Movimentação de ações	Valor do prêmio	Despesa realizada por opção de ações exercidas e canceladas
	Saldo no início do exercício	-	8.049	-	-	-
Quarto	(-) Exercício de opção de compra de ações	24/02/2014	-	(8.049)	1,74	(14)
	Saldo no final do exercício	-	-	-	-	-
	Saldo no início do exercício	-	112.904	-	-	-
Sétimo	(-) Exercício de opção de compra de ações	13/02/2017	-	(112.904)	6,07	(685)
	Saldo no final do exercício	-	-	-	-	-
	Saldo no início do exercício	-	405.656	-	-	-
	(-) Canceladas	12/02/2018	-	(4.426)	6,29	(19)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	12/02/2017	-	(199.792)	6,10	(1.219)
Oitavo	(-) Canceladas	12/02/2017	-	(3.036)	6,10	(18)
	(-) Canceladas	12/02/2018	-	(1.795)	6,29	(8)
	(-) Canceladas	12/02/2018	-	(2.531)	6,29	(14)
	(-) Canceladas	12/02/2018	-	(2.081)	6,29	(12)
	Saldo no final do exercício	-	191.995	-	-	-
	Saldo no início do exercício	-	883.080	-	-	-
	(-) Canceladas	25/02/2018	-	(6.824)	7,76	(26)
	(-) Canceladas	25/02/2019	-	(6.824)	7,83	(18)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/02/2017	-	(289.853)	7,59	(2.200)
	(-) Canceladas	25/02/2017	-	(4.507)	7,59	(34)
Nono	(-) Canceladas	25/02/2018	-	(2.643)	7,76	(12)
	(-) Canceladas	25/02/2019	-	(2.643)	7,83	(8)
	(-) Canceladas	25/02/2018	-	(3.484)	7,76	(22)
	(-) Canceladas	25/02/2019	-	(3.484)	7,83	(14)
	(-) Canceladas	25/02/2018	-	(2.784)	7,76	(20)
	(-) Canceladas	25/02/2019	-	(2.784)	7,83	(13)
	Saldo no final do exercício	-	557.250	-	-	-
	Saldo no início do exercício	-	-	-	-	-
	Opções de compra de ações emitidas	-	727.152	-	-	-
	(-) Canceladas	16/02/2018	-	(2.282)	9,77	(4)
	(-) Canceladas	16/02/2019	-	(2.282)	9,49	(2)
	(-) Canceladas	16/02/2020	-	(2.282)	9,21	(1)
Décimo	(-) Canceladas	16/02/2018	-	(2.987)	9,77	(17)
	(-) Canceladas	16/02/2019	-	(2.987)	9,49	(8)
	(-) Canceladas	16/02/2020	-	(2.987)	9,21	(6)
	(-) Canceladas	16/02/2018	-	(4.739)	9,77	(38)
	(-) Canceladas	16/02/2019	-	(4.739)	9,49	(19)
	(-) Canceladas	16/02/2020	-	(4.739)	9,21	(12)
	Saldo no final do exercício	-	697.128	-	-	-
Movimentação das ações no patrimônio líquido						(4.463)

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados

A Companhia reconhece as despesas com remuneração variável dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, o qual foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções "Black-Scholes". Para determinar este valor justo médio ponderado, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados--Continuação

	4º Plano	7º Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano
Data da outorga	24/02/2011	13/02/2014	12/02/2015	25/02/2016	16/02/2017
Total de opções de compra concedido	1.741.632	370.158	646.554	891.846	727.152
Preço de exercício	10,80	9,84	8,42	8,88	9,81
Volatilidade estimada	27,60%	26,35%	26,51%	29,89%	20,16
Dividendo esperado sobre as ações	4%	6%	5%	6%	6%
Taxa de juros livre de risco média ponderada	12,50%	11,25%	12,75%	14,25%	9,50%
Maturidade máxima	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos
Maturidade média	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos
Valor justo na data da concessão	1,20	5,96	6,07	7,73	9,49

A volatilidade foi apurada com base na oscilação média histórica do preço da ação dos últimos 18 meses anteriores à data da outorga.

Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.

A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgada pelo Banco Central (BACEN).

O valor justo das opções é calculado no momento da outorga e apropriado como despesa, em base linear, durante o período de aquisição do direito (*vesting period*).

A Companhia não está compromissada à recompra de ações que forem adquiridas pelos beneficiários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22. Receita líquida de vendas e serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas e serviços	2.689.927	2.447.200	2.727.675	2.483.038
<i>Mercado interno</i>	2.170.180	1.934.408	2.172.640	1.936.016
<i>Ajuste a valor presente – AVP</i>	(66.091)	(65.643)	(66.091)	(65.643)
<i>Mercado externo</i>	567.823	527.601	603.111	560.149
<i>Ajuste a valor presente – AVP</i>	(4.420)	(2.485)	(4.420)	(803)
<i>Incentivos fiscais – Proapi/ Procomex</i>	11.174	52.802	11.174	52.802
<i>Reintegra</i>	11.261	517	11.261	517
Devolução de vendas	(46.604)	(48.978)	(47.829)	(50.867)
Descontos financeiros	(100.063)	(89.445)	(103.082)	(91.194)
Impostos sobre as vendas e serviços	(447.286)	(398.707)	(448.492)	(399.749)
Incentivos fiscais ICMS – Provin/ Probahia	156.650	136.028	156.792	136.149
INSS	(28.840)	(28.377)	(28.879)	(28.413)
FEEF	(4.200)	(3.844)	(4.213)	(3.849)
	2.219.584	2.013.877	2.251.972	2.045.115

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 20,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social	1,50%

Em 01 de setembro de 2016, entrou em vigor o Decreto nº 32.013 de 16 de agosto de 2016 do estado do Ceará, que instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), com vigência de 2 anos. O mesmo será composto por recursos oriundos de depósitos efetuados pelas empresas beneficiárias de incentivos e benefícios fiscais já concedidos, ou que vierem a ser concedidos pelo estado, no âmbito do ICMS. Em contrapartida os prazos dos incentivos fiscais serão prorrogados pelo dobro do prazo em que se der esta contribuição.

Os estabelecimentos beneficiários por meio de incentivos e benefícios fiscais deverão realizar o depósito de 10% sobre o valor do respectivo incentivo ou benefício utilizado em cada período de apuração do ICMS ao FEEF. Se por ventura tenha havido aumento nominal na arrecadação do ICMS em um patamar igual ou superior a 10% do mesmo período (mês) de apuração do ano anterior o contribuinte fica dispensado do recolhimento deste encargo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

23. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos de calçados e móveis, conforme descrito na Nota 4.o. No segmento de calçados, embora destinados a diversos públicos e classes sociais não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo e os ativos não circulantes estão assim demonstrados:

	Controladora				Consolidado	
	2017		2016		2017	2016
	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Receita bruta de vendas
Calçados						
Mercado interno	2.104.089	13.997	1.868.765	13.701	2.105.580	1.870.200
Mercado externo	585.838	32.772	578.435	31.450	621.126	612.504
Móveis						
Mercado interno	-	-	-	-	969	173
Mercado externo	-	-	-	-	-	161
	2.689.927	46.769	2.447.200	45.151	2.727.675	2.483.038

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se aos investimentos de suas controladas: MHL Calçados Ltda. (sediada no Brasil), Grendene Argentina S.A. (sediada na Argentina), Grendene USA, Inc. (sediada nos Estados Unidos), Grendene UK Limited (sediada no Reino Unido) e A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (sediada no Brasil).

O sumário das informações financeiras dessas controladas está divulgado na Nota 11.

As informações de vendas brutas no mercado externo, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pela controladora no Brasil e por meio das controladas diretas e indiretas no exterior (Grendene USA, Inc., Grendene Argentina S.A., Grendene Italy S.R.L., Grendene UK, Limited. e Z Plus EUR Company S.R.L. nos Estados Unidos, Argentina, Reino Unido e Itália, respectivamente), podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	2017	2016
Vendas brutas mercado externo a partir do:		
Brasil	562.902	558.829
Estados Unidos	41.696	40.757
Argentina	-	121
Itália	13.302	9.372
Reino Unido	3.226	3.586
	621.126	612.665

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

23. Informações por segmento--Continuação

Não há clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas no mercado interno ou externo.

Os ativos não circulantes no exterior representam aproximadamente 4% dos ativos não circulantes da Companhia.

24. Custos e despesas por função e natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 – R1 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A classificação por função e a abertura dos custos e despesas operacionais por natureza podem ser assim demonstrados:

a) Custos e despesas por função

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos dos produtos vendidos	(1.143.788)	(1.041.003)	(1.151.216)	(1.048.588)
Despesas com vendas	(477.632)	(442.938)	(525.817)	(490.574)
Despesas gerais e administrativas	(84.969)	(83.796)	(91.343)	(97.514)
	<u>(1.706.389)</u>	<u>(1.567.737)</u>	<u>(1.768.376)</u>	<u>(1.636.676)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

24. Custos e despesas por função e natureza--Continuação

b) Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos dos produtos vendidos				
Matéria prima	(511.376)	(473.436)	(513.286)	(475.668)
Custos com pessoal	(445.663)	(417.871)	(448.514)	(421.021)
Depreciação e amortização	(46.824)	(42.573)	(47.010)	(42.795)
Serviços de terceiros	(19.329)	(20.563)	(19.359)	(20.665)
Energia elétrica	(22.377)	(25.946)	(22.617)	(26.172)
Outros custos	(98.219)	(60.614)	(100.430)	(62.267)
	<u>(1.143.788)</u>	<u>(1.041.003)</u>	<u>(1.151.216)</u>	<u>(1.048.588)</u>
Despesas com vendas				
Comissões	(117.031)	(101.504)	(118.914)	(103.620)
Frete	(102.766)	(94.312)	(104.920)	(96.569)
Licenciamentos	(49.245)	(49.175)	(49.245)	(49.175)
Gestão para exploração de marcas	-	(3)	-	(3)
Publicidade e propaganda	(112.790)	(116.626)	(125.563)	(125.174)
Despesas com pessoal	(33.607)	(31.262)	(42.062)	(40.270)
Depreciação e amortização	(2.702)	(2.922)	(4.388)	(4.424)
Serviços de terceiros	(8.627)	(8.756)	(11.006)	(11.306)
Viagens e estadias	(6.153)	(4.880)	(6.488)	(5.148)
Convenções	(7.042)	(5.021)	(7.042)	(5.021)
Aluguéis	(2.927)	(2.534)	(16.239)	(17.229)
Outras despesas	(34.742)	(25.943)	(39.950)	(32.635)
	<u>(477.632)</u>	<u>(442.938)</u>	<u>(525.817)</u>	<u>(490.574)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(57.974)	(57.805)	(62.077)	(66.141)
Depreciação e amortização	(7.433)	(7.240)	(7.596)	(9.130)
Serviços de terceiros	(8.365)	(10.222)	(9.987)	(12.947)
Viagens e estadias	(1.397)	(1.117)	(1.423)	(1.158)
Despesas tributárias	(5.006)	(3.337)	(5.130)	(3.457)
Outras despesas	(4.794)	(4.075)	(5.130)	(4.681)
	<u>(84.969)</u>	<u>(83.796)</u>	<u>(91.343)</u>	<u>(97.514)</u>
	<u>(1.706.389)</u>	<u>(1.567.737)</u>	<u>(1.768.376)</u>	<u>(1.636.676)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

25. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras receitas operacionais				
Baixa de investimento em controlada	-	6.920	-	6.920
Reversão para perdas em controlada	-	28.000	-	28.000
Receita de vendas de imobilizado, sucata e outros	1.669	1.397	4.001	1.483
Recuperação de custos e despesas	10.521	2.612	10.769	2.828
Indenização rescisão contratual	-	-	-	3.821
Receita de venda de participação	778	-	778	-
Créditos previdenciários	2.832	-	2.832	-
Outras receitas operacionais	584	1.393	648	1.402
	16.384	40.322	19.028	44.454
Outras despesas operacionais				
Custos de vendas e baixa de imobilizado, sucata e outros	(12.476)	(6.995)	(20.070)	(19.454)
Honorários sobre processos judiciais e assessoria fiscal	(221)	(426)	(227)	(426)
Provisão para riscos trabalhistas	1.366	(565)	1.381	(578)
Perdas por não realização de ativos	(1.608)	(3.605)	1.710	(20.021)
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	(4.733)	-	(4.733)	-
Créditos cancelados	-	-	-	(1.414)
Indenizações a terceiros	(128)	(9.043)	(161)	(9.043)
Perdas cambiais com investimentos	(9.005)	-	(9.005)	-
Alienação de investimento	(1.586)	-	(1.586)	-
Recuperação de receitas	(733)	(13)	(904)	(531)
Indenizações trabalhistas	(1.610)	-	(1.634)	-
Outras despesas operacionais	(1.798)	(1.700)	(1.805)	(1.832)
	(32.532)	(22.347)	(37.034)	(53.299)
	(16.148)	17.975	(18.006)	(8.845)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Juros recebidos de clientes	2.225	2.162	2.225	2.163
Receitas com operações de derivativos cambiais – BM&F	29.976	49.091	29.976	49.091
Receitas de aplicações financeiras	168.850	206.449	169.812	207.734
Receitas com variação cambial	32.053	67.798	34.503	69.700
Ajustes a valor presente – AVP	72.967	64.699	72.967	64.702
Outras receitas financeiras	3.020	4.458	3.045	3.308
	309.091	394.657	312.528	396.698
Despesas financeiras				
Despesas com operações de derivativos cambiais – BM&F	(19.808)	(11.563)	(19.808)	(11.563)
Despesas de financiamentos	(10.454)	(13.155)	(10.852)	(18.340)
Despesas com variação cambial	(30.326)	(78.471)	(31.240)	(82.390)
Cofins e Pis sobre receitas financeiras	(8.270)	(10.887)	(8.346)	(10.967)
Outras despesas financeiras	(3.110)	(3.158)	(3.780)	(4.920)
	(71.968)	(117.234)	(74.026)	(128.180)
	237.123	277.423	238.502	268.518

27. Seguros

A Administração da Companhia, tendo como base a orientação de seus consultores de seguros, adota a política de contratar apólices de seguros junto as principais seguradoras do país em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e os riscos envolvidos em suas operações. As principais coberturas de seguros estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Abrangência	Montante da cobertura
Patrimonial	Os ativos imobilizados e estoques estão segurados para incêndios, vendaval, alagamento/inundação e danos elétricos.	R\$374.269
Lucro cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas.	R\$32.000
Responsabilidade civil	Operações industriais, empregador, produtos e danos morais.	R\$5.250
Aeronáutico	Casco, responsabilidade civil.	US\$3.700
Veículos	Danos materiais, morais e responsabilidade civil terceiros.	100% FIPE, R\$100 DM, R\$200 RC Terc. DM e R\$1.000 RC Terc. DP
Transporte	Exportação e importação.	US\$2.500 por embarque e/ou acumulação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Conselho de Administração

Alexandre Grendene Bartelle
Presidente

Pedro Grendene Bartelle
Vice-Presidente

Maílson Ferreira da Nóbrega
Conselheiro

Oswaldo de Assis Filho
Conselheiro

Renato Ochman
Conselheiro

Walter Janssen Neto
Conselheiro

Conselho Fiscal

João Carlos Sfreddo
Presidente

Eduardo Cozza Magrisso
Conselheiro

Herculano Aníbal Alves
Conselheiro

Diretoria Executiva

Rudimar Dall'Onder
Diretor Presidente

Gelson Luis Rostirolla
Diretor Vice-Presidente

Francisco Olinto Velo Schmitt
Diretor de Relações com Investidores, Financeiro e Administrativo

Departamento de Controladoria

Luiz Carlos Schneider
Gerente de Controladoria
Contador: CRC 70.520/O-5 "S" CE